

RACISMO AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

MARIANA BELMONT
[ORGANIZAÇÃO]



Instituto de Referência Negra
PEREGUM



INSTITUTO DE REFERÊNCIA NEGRA **PEREGUM**

**RACISMO
AMBIENTAL E
EMERGÊNCIAS
CLIMÁTICAS NO
BRASIL**

Esta publicação foi realizada com o apoio da Instituto Clima e Sociedade e Climate and Land Use Alliance – CLUA. O conteúdo da publicação é responsabilidade do Instituto de Referência Negra Peregum.

1ª FORMAÇÃO EM RACISMO AMBIENTAL E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

Organização

Mariana Belmont

Coordenação de Curso

Izabela Santos

Mediação e facilitação do curso

Danúbia Gardenia

Relatoria

Mayara Nunez

Facilitação Gráfica

Patricia Nardini

Aulas

Andréia Coutinho Louback, Angela Gomes, Ana Paula Sanches, Andressa Dutra, Diego Pereira, Dulce Maria Pereira, Nilma Bentes, Pedro Borges, Regina Lucia dos Santos, Selma Dealdina e Suely Araújo.

Textos complementares

Fernanda Pinheiro da Silva, Gisele Brito, Izabela Santos, Mayara Nunez e Pedro Rezende Mendonça

Oralituras Editora

oralituras.com.br

@oralituraseditora

Coordenação editorial

Maitê Freitas

Projeto Gráfico, diagramação e ilustrações

Patricia Nardini

Revisão

Ana Rita Souza

Cely Pereira

Redação

Vanessa Cancian

RACISMO AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

Mariana Belmont

[ORGANIZAÇÃO]

SÃO PAULO, 2023



Instituto de Referência Negra
PEREGUM







Peregum: árvore sagrada que simboliza o alicerce

O **Instituto de Referência Negra Peregum** traz em seu nome uma planta que, simbolicamente, significa alicerce, coluna. Na África, é considerada uma árvore sagrada, uma “divindade”, e é de costume vê-la plantada em lugares sagrados para os orixás. Na violenta travessia do atlântico, ela chegou ao Brasil, sendo hoje muito utilizada em banhos e atos de candomblé.

O movimento negro tem sido o alicerce das lutas sociais e, como um Peregum, se mantém de pé na linha de frente contra todas as opressões. É aí que está a direção do Instituto de Referência Negra Peregum, uma organização que carrega em sua origem essa história, de forma que não poderia deixar de falar sobre o **racismo ambiental**, algo tão relacionado às lutas das religiões de matrizes africanas e da população negra e periférica.

O conhecimento do uso da terra e da produção agrícola é ancestral. O uso da natureza e de seus infinitos recursos, muitos deles ainda desconhecidos como forma de cura e história, e compartilhar história e tradições ancestrais que nos fizeram chegar até aqui é método diário de resistência para nos fortalecer. Nos fortalece no campo, na floresta e nas cidades, afinal estamos todos conectados.

Unir o passado e o futuro faz parte da nossa missão de transformar políticas públicas e os sujeitos para construir uma sociedade antirracista. Por isso, em 2021, o Instituto de Referência Negra Peregum expandiu as suas frentes de atuação com a criação da Diretoria de Clima e Cidade, com projetos de planejamento urbano, ambiental e climático. Entre as principais atividades está o apoio ao Núcleo Ambiental da Uneafro Brasil com a construção hortas urbanas no estado de São Paulo. A ação fortalece o debate sobre a soberania alimentar e o combate ao racismo ambiental nos territórios, além da distribuição de alimentos nessas localidades.

Além de um sonho, o Instituto de Referência Negra Peregum é uma necessidade do nosso tempo. Nos comprometemos a entregar nosso melhor para estar à altura do nosso propósito. Em 2022, foi a vez de lançar duas estações meteorológicas em territórios periféricos da Região Metropolitana de São Paulo: uma em Perus, zona noroeste da capital; a outra em Poá, cidade do Alto Tietê, um projeto piloto importante para testarmos nossa capacidade e avançarmos nas ações nos territórios, conectados sempre com a atuação da Uneafro Brasil

Avançamos para ser um Instituto que fortalece a população negra e periférica, trazendo para a centralidade do debate e das práticas sociais demandas específicas e urgentes em parceria com iniciativas, projetos, organizações e coletivos que auxiliem pessoas negras, moradoras e moradores de territórios periféricos, com foco em 4 eixos programáticos: Educação Popular, Proteção e Cuidado, Incidência Política e Clima e Cidade.

O debate do **racismo ambiental** e a nossa estruturação caminham lado a lado com os novos desafios postos pelo cenário político, social e econômico dos últimos anos, nos convocando cotidianamente a registrar e aperfeiçoar as estratégias de atuação política, educativa, de defesa de direitos humanos e de diminuição das desigualdades raciais, sociais e de gênero.

Poucas organizações tratam do conceito de **racismo ambiental** no Brasil. E o Instituto de Referência Negra Peregum pretende ser este lugar que valoriza as relações das pessoas com o resgate do conhecimento popular e ancestral conectado e articulado ao conhecimento acadêmico. E principalmente, trazendo para a centralidade direitos humanos e territórios, sempre.

Queremos ampliar as vozes do debate sobre **racismo ambiental**, trazendo questões de como esse modelo convencional e capitalista de produção e consumo, baseado na exploração intensiva da vida e dos recursos naturais, é distribuído de forma desigual, afetando principalmente a população negra. Mais uma vez, conseguimos.

Vanessa Nascimento

Diretora executiva do Instituto de
Referência Negra Peregum

ÍNDICE

apresentação

O Racismo ambiental chegou com as caravelas 15

Mariana Belmont

apresentação do curso

Nossos passos vêm de longe, para onde queremos
caminhar? 25

Izabela Penha de Oliveira Santos

PARTE 1

36

aula 1

Ecoafricanidades: entre o natural e o antrópico,
o caminho é grande 39

Ângela Gomes

aula 2

O que são mudanças climáticas? 49

Dulce Maria Pereira e Suely Araújo

aula 3

Panorama das mudanças climáticas no Brasil e seus
impactos no território 71

Regina Lucia dos Santos

Fragments de uma fala 77

Nilma Bentes

O passado presente 81

Selma Dealdina

aula 4

Racismo Ambiental: justiça Climática é justiça Racial 87

Andressa Dutra

Justiça ambiental 93

Diêgo Pereira

Um país (des)estruturado no racismo ambiental. 99

Ana Sanches

aula 5

Comunicação das Mudanças Climáticas: disputa de narrativas 107

Andréia Coutinho Louback e Pedro Borges

PARTE 2

114

textos complementares

Racismo ambiental é considerado principal fator de adoecimento na epidemia do Zika Vírus 117

Mayara Nunes

Racismo e crise climática são bandeiras chaves para um mundo possível 123

Mayara Nunes

Racismo ambiental e risco: um olhar sobre a produção de áreas de exclusividade brancas. 127

Pedro Rezende Mendonça, Fernanda Pinheiro da Silva e Gisele Brito

minibio dos/as autores/as 143

cursistas 150

apresentação

O Racismo ambiental chegou com as caravelas

» Mariana Belmont

Quando pensamos em desenvolver uma formação sobre Racismo Ambiental, aqui no Instituto de Referência Negra Peregrum, imaginamos a importância e a urgência em entender a realidade nos territórios, o conhecimento de referências do movimento negro que estão na academia e na linha de frente do debate ambiental, e ampliarmos a conversa. A educação popular é a centralidade do que fazemos no Instituto, por meio da Uneafro Brasil, e impulsionar o conhecimento a partir do cotidiano é fundamental.

No Brasil, a população negra representa 56%, segundo o Censo/IBGE 2020. O racismo ambiental diz respeito sobre quem são as pessoas que moram nas favelas, morros, nas beiras dos rios e trilhos, beira de represas das pequenas e das grandes cidades. Qual a cor dos corpos levados pelas enchentes, soterrados pelos deslizamentos e que são afetados pela escassez de alimentos nas cidades?

Se voltarmos ao histórico do processo de colonização europeia nas Américas, a partir de 1492, percebemos que as caravelas conti-

nuam rondando nossos mares. Seja em experiência de colonização verde, aquela maquiada de solução nos territórios, mas que, na verdade, são as grandes corporações e o Estado utilizando a mão da violência para fazer funcionar o plano genocida no mundo.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é um alerta importante para o que estamos vivendo, os números escancaram o racismo ambiental e o que está acontecendo nos territórios. As pessoas mais afetadas pela crise climática são as que menos contribuem para o aquecimento do planeta: nas regiões mais pobres e marginalizadas, o número de mortes por secas, enchentes e tempestades foi 15 vezes maior na última década do que nas regiões com mais infraestrutura.

É uma experiência humana violada historicamente, de um povo escravizado por 400 anos e de uma sociedade que se organizou para manter esse povo no chão, sob julgo. Toda a estrutura social brasileira está baseada no racismo. Nós temos uma elite branca, supremacista em toda a sua estrutura social e financeira. São 56% da população brasileira, aquela que gera as riquezas, aquela que construiu o país. Cada minuto de resistência dos povos originários, desde a invasão às nossas terras, cada gota de sangue derramado pelo povo africano e seus descendentes em todo o período colonial é a sustentação de uma democracia de mentira na qual meu povo continua sendo violentado.

Veja, não é de hoje. Acontece em toda América Latina, está em jogo os territórios tradicionais e de produção de alimento. Está em jogo a vida e tradições de milhares de pessoas.

Há urgência de se reconhecer que não há justiça climática sem justiça racial. Sem a inclusão do debate dos povos tradicionais, das comunidades quilombolas e do debate racial, vamos seguir para um modelo de neocolonialismo, modelo este que prioriza a exploração do planeta e dos corpos.

“Não dá para ser ambientalista sem entender como as pessoas que historicamente constroem vida no ambiente convivem, vivem e fazem com que a vida tenha continuidade”. E essa frase é da professora Dulce Pereira, também da Coalizão Negra Por Direitos.

A produção deste livro, as formações do Instituto em parceria com muitos parceiros de organizações negras e especialistas referências do movimento e todo nosso trabalho jurídico e de incidência é uma provocação ao movimento ambientalista branco, para que a as desigualdades, em especial o racismo seja tema central nas discussões climáticas, mas é principalmente a busca para que o Estado seja responsabilizado pela inoperância nos territórios vulnerabilizados.

Fizemos consultas com lideranças mais velhas do movimento negro, algumas que estiveram na **Conferência de Durban contra o Racismo** em 2001. A **Declaração e Plano de Ação de Durban** faz referência direta ao meio ambiente, vale a leitura atenta do documento da Conferência que completou 30 anos em 2021. O debate ambiental estava diretamente relacionado à saúde das populações negras e ao processo de tomada de decisão. Naquela época, o documento macro de referência era aquele acordado, negociado e aprovado durante Conferência das Nações Unidas sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio 92) – ou seja, ainda não havia entrado o termo “mudanças climáticas”. Finalmente, para o bem da história e do ativismo, o conceito racismo ambiental no Brasil entrou na pauta justamente após ausências de debate específico no processo de preparação da Rio 92.

A humanidade criou, produziu, organizou e banalizou o racismo, mas o Brasil certamente o aperfeiçoou em forma de plano político. E o racismo ambiental perverso é mais um exemplo da apropriação da vida humana e da natureza, sob a máscara da retórica de um desenvolvimento sustentável inventado, de uma energia limpa que destrói territórios e invisibiliza comunidades.


O caminho é longo. Por isso, convidamos lideranças e defensores dos direitos humanos para ministrar as aulas no Instituto Peregum, com o intuito ouvir narrativas de luta e de formular estratégias coletivas de sobrevivência: questões fundamentais para a história. Não esquecer quem veio antes, que essa conversa não é nova, não surgiu na comemoração do Acordo de Paris de 2015. E principalmente, esse assunto é sobre a vida das pessoas e não pode ser só conteúdo de redes sociais, sem a conexão da vida real com a história. E a história está escrita, e precisa continuar sendo escrita.

Desejamos ser ponte para que as experiências e as formulações sejam usadas para a defesa de direitos e para a construção de um novo olhar sobre o social, isto é, um social que leve em consideração a maioria da população brasileira. Para que o ambientalismo seja pela defesa do povo negro, periférico, indígena, quilombola, agricultores familiares e todas as comunidades tradicionais, no campo e na cidade.

Finalizando, deixamos aqui um trecho da carta da Coalizão Negra Por Direitos e parceiros, que foi entregue em Glasgow, Reino Unido, para a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26), em 2021. A carta é atemporal e traz em sua centralidade a defesa permanente do território quilombola, titulação de territórios de luta e resistência.



O debate fundamental de racismo ambiental ainda não encontra ampla adesão, ou é negado, pelos movimentos ambientalistas no Brasil, assim como falta racializar as políticas públicas ambientais. Como resultado, temos a falta de segurança ambiental aos territórios urbanos e rurais de maioria populacional negra, impactada



pela expropriação, poluição hídrica, atmosférica, pelos eventos climáticos extremos, pela morada em áreas de risco, pelo despejo de resíduos, pelo não acesso aos serviços de saneamento básico, impactados pelas enchentes, deslizamentos, doenças de veiculação hídrica, entre outros.

A crise climática é também humanitária e tem impacto direto na vida das populações negras, quilombolas e dos povos indígenas. No Brasil, a maioria populacional é negra e representa, hoje, 56% da população (IBGE, 2020). Negar o racismo ambiental é negar que o Estado brasileiro é racista, é negar a realidade da vida nas periferias das grandes cidades, o aumento da fome, é negar a violação dos direitos constitucionais contra comunidades, territórios quilombolas e terras indígenas, é negar a história de urbanização do país e suas profundas desigualdades territoriais.


O governo do Brasil tem violado leis e códigos ambientais e o resultado tem sido o aumento do desmatamento das florestas na Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e no Pantanal. No caso da Amazônia, a floresta, os povos indígenas e as comunidades quilombolas têm sofrido os impactos do desmatamento e das atividades criminosas da mineração legal e ilegal. As ações criminosas se somam às queimadas legais e ilegais em escalas

expressivas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, impactando nos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Assim como, historicamente, são as regiões onde mais ativistas de direitos humanos, indígenas, quilombolas e ambientalistas na luta em defesa das terras, das águas, das florestas e dos territórios são assassinados.

No espaço urbano, o efeito sobre a vida da população negra tem sido a desigualdade urbana promovida pelos 'planos diretores' (sem ampla participação social e formulados de forma a garantir os interesses de grandes capitalistas urbanos) que, nos últimos 20 anos do Estatuto das Cidades, tem tornado as cidades violentas e criminosas para a vida ambiental, social, cultural e econômica das pessoas negras. O planejamento urbano é o racismo ambiental em perversidade visto e sentido nos espaços criminalizados (densamente populacional negro) geograficamente (aglomerados subnormais): as favelas, periferias, baixadas, morros, vales e palafitas.

Fazemos nossas as palavras de Lélia González, em 1984: "Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo: a divisão racial do espaço".

A falta de água (bem essencial para todos) nas torneiras faz parte de um desastre diário nas



periferias. O não abastecimento das casas nas periferias não se restringe às épocas específicas do ano, acontece todos os dias para que os espaços não-criminalizados (densamente populacional branco) tenham água disponível. As pessoas periféricas convivem com a falta de água. Crianças morrem nas margens dos córregos nas enchentes, famílias perdem casas construídas em áreas de risco, nas margens de represas, nos vales, nas encostas pelo não acesso à terra urbana para moradia em segurança urbana.


Vale reforçar que a definição do conceito de racismo ambiental se ampara no reconhecimento do Estado Racial e na ação institucional deliberada que resulta em exposição desproporcional das populações negras e indígenas, as mantendo permanentemente em condições vulneráveis. Mesmo diante de uma pressão cada vez maior dos movimentos negros de todo o mundo para que se reconheça a dimensão racial da crise climática, o Governo Federal tem dado contornos racistas ao debate urgente e de sobrevivência do planeta e das pessoas mais vulneráveis: mulheres e crianças negras e indígenas brasileiras.

As periferias resistem e vivem, mas as gestões públicas e privadas – os capitalistas racialmente orientados – continuam operando na lógica

do “quarto de despejo”, como formulou Carolina Maria de Jesus.

A posição do atual governo e do presidente da República eleito em 2018 segue a mesma, simbolizada pelo discurso de meados de 2017, quando o então pré-candidato à presidência, após visitar um quilombo, no interior de São Paulo, disse em um evento do Clube Hebraica do Rio de Janeiro que “o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada! Eu acho que nem para procriadores servem mais. Mais de R\$ 1 bilhão por ano é gastado (sic) com eles”, (pessoas pretas teriam a mesma categoria de medida de peso que animais como bois ou cavalos, o que desumaniza essa população). Já como presidente eleito, em março de 2020, Bolsonaro afirmou que seu governo não demarcaria nenhuma terra quilombola, apesar de ser um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, que completou 33 anos no dia 05/10/2021.


Com o governo do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil entrou num atraso de dez anos no que se refere à certificação das comunidades quilombolas, e quanto à titulação, se a referência é o período de 2003 a 2015, existe um atraso de 20 anos para ser superado na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (aprovada como ambição pela sociedade brasileira



como pacto pós-COP 26). Até 2030, o Brasil precisa concluir 1.486 (mil quatrocentos e oitenta e seis) processos de titulação territorial quilombola nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, abertos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para regularização fundiária pelo Governo Federal e/ou Estaduais (INCRA, 2019).

Entre 1995 e 2021, foram titulados plenamente pelo INCRA e órgãos estaduais de terras só 137 territórios quilombolas. Somados aos 52 territórios quilombolas parcialmente titulados, são 189 (cento e oitenta e nove) territórios com regularização fundiária, o que representa 13% de todos os processos de titulação abertos no país (COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO SÃO PAULO, 2021).

Quanto às certidões de autorreconhecimento quilombola, hoje, são mais de três mil comunidades quilombolas no Brasil, segundo reconhecimento da Fundação Palmares (2021), instituição que tem na atual presidência¹ a negação dos direitos da população negra quilombola e tem destruído a memória e o patrimônio afro-brasileiro.²



1 Sérgio Nascimento de Camargo foi presidente da Fundação Palmares durante o período de 2019 a 2022.

2 Esta carta foi escrita durante o mandato de Jair Bolsonaro, entre os anos 2018-2022

apresentação do curso

Nossos passos vêm de longe, para onde queremos caminhar?

» Izabela Penha de Oliveira Santos

A **Formação em Racismo Ambiental e Emergência Climática** foi um grande chamado organizacional junto com à Coalizão Negra por Direitos, movimentos e coletivos negros, intelectuais e militantes negras/os. A emergência climática está trazendo à tona demandas urgentes dos movimentos negros e visibilizando as dimensões de vulnerabilidade social e ambiental de grupos historicamente excluídos a terem direitos.

Engana-se quem acha que essa mobilização em torno do meio ambiente e do debate racial é recente. O movimento negro já trata sobre essas questões há muito tempo. Inclusive porque são os que sentem na pele, na estrutura do meio urbano ou rural, as consequências da omissão de políticas públicas e, ao mesmo tempo, da carga de impactos ambientais. Na Conferência de Durban¹, por exemplo, já era mencionado a necessidade de estratégias efeti-

1 Conferência de Durban foi a Terceira Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU contra o racismo e o ódio aos estrangeiros que ocorreu em entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul.

vas contra a discriminação racial e ao racismo nas interfaces de saúde e meio ambiente, requisitando que os Estados assegurem ambientes seguros, salubres e equilibrados para grupos sujeitos ao racismo, à discriminação racial e xenofobia.

Carolina Maria de Jesus talvez tenha sido uma das pioneiras em descrever e elaborar sobre a experiência como negra e favelada a viver sob as condições do racismo ambiental na cidade de São Paulo. Em seu diário-livro *Quarto de Despejo*, ela relatava de forma profunda a realidade de quem vive às margens da organização socioespacial, do capital e da Humanidade.

Os relatos de Carolina Maria de Jesus são chaves para compreender o Brasil de ontem, que também é o de hoje, onde a população negra passa fome, não tem água, não tem gás, não tem emprego e vive no quarto de despejo. Por isso, no Brasil não basta apenas falar sobre a desigualdade social, porque a desigualdade antes de tudo é discriminatória, primeiramente em relação à raça, gênero e classe. Portanto, essa Formação falou justamente do Brasil do hoje para o de amanhã (com urgência).

Regina Lúcia dos Santos, Nilma Bentes e Selma Dealdina nos ensinaram que **a questão de como que a cidade não é pensada de forma igual, de como é que os acessos não estão disponíveis para as pessoas de forma equânime. Como que o povo preto sofre de forma diferenciada às violências e às violações.**

Os casos de racismo ambiental no Brasil, na grande maioria das vezes, são expressos pela tragédia do cotidiano da vida das pessoas negras periféricas e que, infelizmente, só ganham visibilidade midiática quando há/torna-se uma grande catástrofe. **É dessa forma que o racismo vem se formatando e vem estruturando as nossas relações na sociedade brasileira em vários meios e de várias formas. Isso é um chamado para que a gente comece a olhar também como que, ao longo do desenvolver da nossa sociedade, as populações negras, periféricas, racializadas têm sido colocadas à margem e em maior proporção de riscos e de impactos ambientais.**

Porém, essa não é uma disputa ganha. No meio ambientalista e acadêmico, ainda há uma resistência enorme em aceitar o debate racializado acerca das problemáticas ambientais. Como um conceito originado nos Estados Unidos pela ação do movimento negro, encabeçado pelo reverendo Dr. Benjamin Chavis contra a desproporcionalidade de impactos ambientais em comunidades não brancas e de imigrantes, aqui em territórios tropicais o movimento por justiça ambiental rompeu com o primeiro e principal entendimento de que a raça é fator determinante para a alocação e o direcionamento dos impactos ambientais negativos.

O pacto narcísico da branquitude nega que estatisticamente 50%+1 é considerado maioria e que, portanto, é uma característica determinante do território estudado. Logo, um território cuja a maioria da população é parda e preta, segundo o IBGE, se constitui em um território negro. Mas, os narcísicos retrucam, “mas tem brancos também”. Reflito, qual a porcentagem de negros para que seja considerado racismo ambiental?

No encontro Justiça Climática é Justiça Racial, a discussão principal foi exatamente sobre como nós elaboramos o conceito de racismo ambiental no Brasil. Nós aprendemos a Ciência Ocidental e, para além dela, afirmamos que não é uma coisa inventada, não é uma coisa criada aleatoriamente e nem subjetiva, como a Andressa Duarte pontuou muito bem, é um rastro.

Esse debate é crucial para compreender as mudanças climáticas e o conflito civilizatório que estas nos impõem. Não haverá planeta B, e não haverá um mundo carbono neutro sem as populações tradicionais quilombolas, indígenas e demais comunidades tradicionais e urbanas periféricas inclusas.

A justiça climática é uma forma de enfrentamento ao racismo ambiental e desafia as abordagens ambientalistas eurocêntricas que continuam perpetuando uma dicotomia entre sociedade e natureza a partir da ideia de conservação ambiental estrita. Se a justiça climática não trata sobre as desigualdades raciais, ela não é justa.

É neste sentido que as mudanças climáticas trazem à tona e abrem uma janela enorme para o real debate a respeito da sustentabilidade e do meio ambiente, porque as mudanças climáticas escancaram a dura e injusta realidade da maioria dos brasileiros não brancos.

Dessa forma, a Formação foi uma iniciativa muito importante para que o movimento negro possa se apropriar também do entendimento técnico - com dados, números e cenários futuros - e relacioná-lo com a vivência dos territórios, porque esses números não estão soltos num cenário abstrato, eles expressam uma realidade. Nesse sentido, a Formação trouxe a potência do pensamento negro institucionalizado, o de pesquisadoras/es negras/os e os dos movimentos sociais de diferentes regiões do Brasil.

O modelo de desenvolvimento capitalista e colonizador não tem respostas para o que ele mesmo criou, até porque é esse mesmo modelo que oprime e mantém a maior parte da população negra sob “a mão invisível do mercado” em condições de desumanidade e que nos cenários das mudanças climáticas são os mais afetados. Esse modelo eurocentrado de desenvolvimento precisou criar o conceito de raça e da suposta superioridade branca negando outras epistemologias, outras formas de conceber e viver nesse mundo. Mas, quem diria, boa parte da solução para os problemas socioambientais da atualidade já eram práticas comuns dos povos africanos, indígenas e de outras culturas.

Portanto, precisamos resgatar esses conhecimentos ancestrais ancorados na Cosmovisão do Atlântico Negro, como nos sugeriu Ângela Gomes, unindo o conhecimento do território, da nossa ancestralidade e dando força a esse conhecimento ancorado em outros formatos de saberes que foram sendo destituídos, foram sendo colocados de lado e foram ditos como errados.

Como por exemplo os quintais que, nessas experiências, a gente observa o quanto de conhecimento tem nesse saber, que

não é esse saber ocidentalizado, dicotômico, mas **é um saber que vem muito da prática e está muito vinculado com a espiritualidade também.**

É nesse sentido que o movimento negro precisa ancorar suas disputas e narrativas sobre as mudanças climáticas. É necessário olhar para as mudanças climáticas por ângulos que ampliam essa visão simplista de olhar o mundo e que trouxe a gente até aqui nesse caos climático.

Pedro Borges e Andréia Coutinho nos ensinaram caminhos para que possamos construir essas narrativas a partir dos territórios, a partir de quem vive esse racismo ambiental. Como é que essas pessoas constroem as suas notícias e a suas histórias? Esse encontro trouxe a reflexão de que **comunicação é poder e quem fala e como fala faz muita diferença.**

Por isso, o primeiro grito do movimento negro organizado da Coalizão Negra por Direitos presente na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 2021, a COP 26, foi a demarcação e regularização dos territórios quilombolas, pois **a garantia do território é o primeiro processo de enfrentamento do racismo ambiental.** Precisamos garantir o direito ao território. Não haverá nenhum mecanismo de compensação de carbono, mercado de carbono e/ou políticas internacionais que deem conta dos 450 anos de escravização da população negra no Brasil. Desse modo, as negociações sobre a emergência climática precisam ser reparatórias e, mais que tudo, um novo pacto civilizatório que garanta a existência pluridiversa de gênero, raça, modos de vida, de cidadania e Humanidade.

O nosso desafio é criar as nossas narrativas, se apropriar desses temas, democratizar e levar para os nossos esses debates. Assim, também encerramos a Formação em Racismo Ambiental e Emergência Climática, com a proposta de elaboração coletiva, sobre principais formas de pensar e agir para continuar lutando por justiça racial mediante as mudanças climáticas.

Propusemos a divisão dos participantes em dois grupos para que pensássemos **Inspirações para a prática do enfrentamento do Racismo Ambiental** que podem ser estratégias e ações para os nossos movimentos e organizações.

Um dos grupos liderado pela facilitadora Danúbia Gardênia trouxe as seguintes reflexões:

- Conversamos muito sobre a perspectiva de a gente olhar para o território como um grande aprendizado. Como é que a gente vocaliza essas experiências territoriais.
- Essa perspectiva de colorir a cidade que vai nos adoecendo lentamente. Trazer cor e sentido para vida.
- Falamos também da articulação e aí trouxemos o exemplo da soberania dos povos, mas como é que a gente articula os movimentos, as ações. O território como potência.
- Precisamos nos reintegrar com as leis da natureza, então, voltando também para aquela ideia que a gente é parte da natureza e que a solução está na gente e nela.
- Plantar e colocar a mão na terra. Trazer isso para as escolas, para juventude. Potencializar esse espaço de educação e de troca também das gerações.
- Nossa origem é sagrada. O alimento conectado com a origem. Então, essa perspectiva também do alimento, da saúde apareceu muito. Necessidade de aprofundarmos questões da saúde da população negra e do racismo ambiental.

- Mandioca e seus derivados: tecnologia 100% indígena, cultivada e criada por eles. Então, comentamos sobre a importância da tecnologia social e da tecnologia ancestral. Então, como é que a gente valoriza esses saberes, como é que a gente se reconecta com esses saberes.
- Dar visibilidade aos discursos das pessoas que estão nos territórios de resistência. Essa experiência da saúde e do povo preto e de como é que a gente também escuta a vivência das pessoas nos territórios e quais as relações que elas têm com o corpo, com a saúde.
- Dar visibilidade aos saberes ancestrais e às pessoas que estão nos territórios.

Danúbia finalizou dizendo que a percepção do território foi muito forte e da importância em **"como é que a gente vocaliza as pessoas que estão no território, como é que a gente se conecta e traz essas referências nossas ancestrais? As tecnologias sociais que são do nosso povo e que, muitas vezes, o mercado se apropria, mas como é que a gente traz esse lugar da ancestralidade e do território"**.

O outro grupo liderado pela especialista Izabela Santos trouxe as seguintes reflexões:

- O debate ambiental é um debate feito por mulheres, a partir das experiências da mulher na sociedade. Portanto, para nós falarmos de

mudanças climáticas e racismo ambiental, a gente tem que falar sobre gênero, classe e raça.

- A gente teve um debate muito potente no nosso grupo sobre alimentação. Vivemos um modelo de desenvolvimento que não traz desenvolvimento. É um modelo que mantém as pessoas sem alimentação e que, por outro lado, temos pessoas que estão lá tendo a produção de alimentos para subsistência como base de vida, que são os nossos povos tradicionais, os nossos povos quilombolas. Então, que a gente possa fornecer alimentos não para os ricos e sim para alimentar a nossa população, do ponto de vista de que, muitas vezes, o orgânico que é produzido nas periferias, é produzido pelo povo do campo, mas esses são esses os mais impactados pela própria fome.
- É importante ampliar vozes. Incluir o olhar e a experiência de outras regiões, que a gente não mantenha esse debate apenas numa perspectiva do que acontece no Sul e no Sudeste do Brasil, mas também ampliá-lo a partir de vozes e experiências das populações que vivem nas regiões Norte e Nordeste.
- Produzir conteúdos de forma mais acessível, em outros formatos, inclusive, para pessoas com deficiência. Então, de forma mais abrangente, a importância de a gente ampliar a comunicação, inclusive para locais que têm uma certa dificuldade de acesso a tecnologias. Sabemos que a tecnologia não é acessível a todas e todos e em todo território brasileiro.

- Criar repositórios de conteúdos, pensando num espaço de curadoria para que esses temas possam ser ampliados e que as pessoas possam levar esses temas para as escolas e para outros lugares de fora dos movimentos.
- Trabalhar a agricultura sustentável e de como esse tema está relacionado à regularização do território. O quanto isso é muito importante quando a gente olha para esse ciclo que estamos falando das pessoas passando fome no meio urbano, nas dificuldades que a gente tem de produção de alimento e que estão sendo afetadas pela inflação, pelas mudanças do clima, como que a regularização desses territórios é importante.
- Organização e trabalho em grupos. Temos uns aos outros aqui formando e pensando, não só o pensamento, mas também ações. Nós temos que dar as mãos e buscar esperanças. Esperançar é preciso.

Como militantes e atuantes nos movimentos negros, sabemos que esse é um caminho difícil, só que agora estamos atuando nas últimas fronteiras da colonização. Nós estamos lutando e falando sobre os últimos povos que ainda estão aqui e sobre a nossa existência e a nossa sobrevivência.

Esse registro em formato de livro se finaliza nas vésperas da COP27, uma reunião importante no debate climático, no qual os países se encontram e há dois anos o movimento negro tem ocupado espaço e levado as pautas da população negra e periférica do Sul Global, da América Latina e Caribe, principalmente, a brasileira.

Dessa forma, com esse resgate e registro trazemos importantes contribuições para o movimento negro brasileiro, para o debate das mudanças climáticas e como denunciamos e enfrentamos o racismo ambiental.

“

Eu quero salientar a questão da visão de mundo hegemônica hoje que impõe sobre os territórios uma alteração da forma de enxergar os valores. Do valor que é aplicado a tudo que é relacionado ao que é adquirido através da compra. Então, o que vale é o remédio de farmácia, não é o remédio da comunidade, a roupa que vale é a de marca, não vale mais o que é feito na própria comunidade, o alimento que tem valor é o que é adquirido fora. Hoje a gente pouco valoriza os alimentos tradicionais, existem casos pontuais, mas aquela fruta que é nativa daquele lugar tem muito menos valor do que aquilo que é comprado no mercado. E eu estou falando do valor intrínseco, não é valor de preço não.

Então, essa lógica da civilização que nos impõe o valor da modernidade como um valor em si, como uma coisa positiva, precisa ser questionada. Essa civilização destrutiva que hipervaloriza aquilo que vem da produção, porque é intrínseco ao sistema atual que é justamente o sistema

do lucro sobre a natureza, e há uma exploração tanto da mão de obra quanto da natureza. São destruídos os povos, são destruídos os recursos naturais. Nesse sentido, os povos destruídos são justamente os indígenas, os povos negros, os não brancos são quem têm o maior ônus sobre essa civilização que apresenta bônus para no máximo 10%. Só 10% participam desse banquete, enquanto o resto é largado, é jogado à miséria.

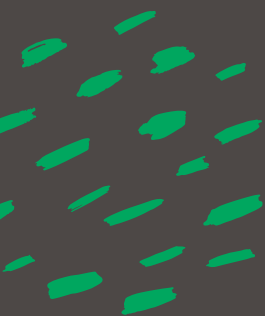
Então, se a gente não se propõe a uma crítica profunda sobre o que está posto enquanto civilização, enquanto sistema hegemônico, a gente vai ficar limitado à luta por direitos sem avançar. O território está sendo destruído, cada vez mais, no sentido de aglutinar para “produzir alimento”.

É um discurso que é vendido e a gente tem que brigar contra isso. É preciso conciliar as lutas emergenciais contra o racismo, o machismo e todas essas opressões com a luta também por mudança do sistema. É isso que eu queria chamar atenção.





PARTE





1



Ecoafricanidades: entre o natural e o antrópico, o caminho é grande

» Ângela Gomes

Quando se pensa nos termos **desastres e salvamento**, uma série de imagens vem à cabeça. E a pergunta que fica para esse momento histórico que se vive é: **como salvar um ser humano diante da complexidade de uma guerra específica?**

Uma guerra que nega a possibilidade dos ciclos da natureza. Ademais, esses ciclos bioquímicos são tratados com veneno e agrotóxicos, de forma que vive-se em um mundo que existem venenos para tratar os seres vivos que, na verdade, são necessários para nos dar alimento. Nessa guerra, também é exterminado o direito de ir e vir dos povos de matriz africana e dos povos originários. Então, foi para esse debate que eu me virei.

“Existe outra escola, existe outro lugar. Existem outras matrizes que acontecem e são invisibilizadas. Há outros óculos, e só é possível a gente ver por esses óculos se a gente tirar o embaçado causado pelo eurocentrismo e o racismo da lente dele”.

E, quando o tema é racismo, a dificuldade no território brasileiro se multiplica, porque aqui se diz e se acredita que não há ninguém racista, ou seja, é como se todo mundo quisesse funcionar a partir de uma espécie de venda moral nos olhos, que não permite enxergar a retirada de direitos e as suscetíveis mortes.

O debate do racismo ambiental aborda a diferença entre desastres naturais e ações humanas, além de dar atenção para as escolhas que oprimem diversos grupos.

Dessa forma, pode-se dizer que é preciso romper alguns mitos e compreender que é impossível andar para frente ou para trás, sem enfrentar o racismo, seja ele em qualquer campo, assim como é necessário falar e lutar por direitos.

No meu doutorado, apresentei o trabalho “Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negro-africana: terreiros, quilombos, quintais da Grande BH” (2009, UFMG); que tem a ver com um ponto chave de negação da ciência de base eurocêntrica, neocolonialista e racista que, além de tantas outras exclusões, nega também a origem das plantas que vieram do continente Africano. Isso significa dizer que o racismo e o colonialismo chegaram a tal ponto que fez com que os cientistas do Brasil negassem até a origem das plantas. Por isso, há sempre informações fundamentais para o brasileiro que desconhece a origem dos alimentos que coloca na mesa ou utiliza como plantas medicinais, como por exemplo o arroz e feijão que são de origem africana.

Diferente do que diz o senso comum, o arroz não é chinês e a insistência dessa origem equivocada diz mais ainda sobre a forma de aprender por meio de simbologias eurocêntricas do racismo estrutural. A mesa que alimenta o povo cotidianamente aqui nesse país é uma mesa da África, por isso, é preciso lutar contra o racismo.

O conceito de Biodiversidade

A definição da biodiversidade presente no território brasileiro é compreendida a partir da quantidade imensa de formas de vida

existente. O Brasil é conhecido por essa metabiodiversidade, que integra a variabilidade de seres vivos para que esse sistema se auto-organize e se auto mantenha.

A diversidade é uma riqueza e, ao mesmo tempo, um equilíbrio, uma vez que quanto maior a quantidade de elementos diferentes em um espaço natural, as chances desse ecossistema ser mais resistente a doenças, também é maior. Há diferentes formas de diversidade, biodiversidade genética ou biodiversidade específica, aquela contida dentro de uma mesma espécie ou então as demais espécies que são de diferentes famílias.

Quanto menor a biodiversidade, menor a resistência desse ecossistema. Então, se no quintal diverso da Dona Laura, uma benzedeira quilombola do Quilombo de Marinhos, Brumadinho em Minas Gerais, é possível ver a complexidade das cadeias alimentares que equilibram o sistema de forma natural. Em seu quintal agroflorestal, ela nos diz que “tem pulgão, posso ter joaninha que se alimenta deles, besouro, que poliniza o maracujá, posso ter beija-flor, é essas diferentes formas de vida que apresentam grande riqueza para aquele local”. Então, essa horta, esse quintal agroflorestal da Dona Laura, não precisa usar agrotóxicos/veneno porque ela tem oferta de alimentos, tem uma rede viva para os animais não serem chamados de pragas.

Dentro desse contexto, vale ressaltar a importância de se alimentar de forma diferente ao longo das estações do ano, porque cada época produz determinado alimento devido à sazonalidade.

A riqueza da diversidade não dialoga com a lógica capitalista, das monoculturas do agronegócio e nem com a diversidade cultural em pautas nazistas de supremacia racial. Porque, para a agroecologia, é a natureza diversa que permite que haja equilíbrio no ecossistema e para o antirracismo é a diversidade cultural que constrói a tolerância e o respeito às diferenças e a beleza do multiculturalismo.

Cabe ainda lembrar que a biodiversidade não é um conceito somente abstrato e físico. Ela é um conceito humano e político,

porque está inserida em um contexto de relações sociais que ditam as formas de tratamento da diversidade cultural.

Quando se analisa a história depois da chegada do colonizador, a biodiversidade e o manejo feito a partir dela são reducionistas pejorativos: o colonizador a denomina “mato”, “campo sujo”, “sujeira” e a considera desorganizada. Por isso, a diversidade foi literalmente, dentro da matriz cartesiana e eurocêntrica, desmatada, queimada e domesticada com monoculturas, como as de eucalipto, soja, eliminando o cerrado, a mata atlântica e diversos ecossistemas tropicais.

Em contraponto com a globalização, temos assistido a apropriação mercantil da biodiversidade pelas indústrias farmacêuticas e de cosméticos. Uma disputa crescente estabelecida entre a indústria farmacêutica e dos laboratórios de fitoterápicos para produzir uma série de medicamentos e produtos comerciais. Ademais, ocorre uma manipulação genética cada dia maior e com significativos riscos à saúde do indivíduo e dos seres vivos: o exemplo dos transgênicos, da caça aos animais, para a produção de vacinas, fármacos anti-idade, células tronco.

Toda esta manipulação feita pela engenharia genética, está baseada em alto risco. Nós, seres vivos, somos compostos por 90% de fenótipos, genes influenciados pelo meio e apenas 10% de genes hereditários, os chamados genótipos. Ou seja, somos mais influenciados pelo meio do que pela hereditariedade, e o meio é dinâmico e pode ser imprevisível. Um exemplo do risco dos experimentos da engenharia genética pode ser visto nas causas da pandemia, ninguém esperava que o vírus presente no morcego, o coronavírus, pudesse se transformar na Covid-19, que ataca seres humanos.

O chamado capitalismo verde promove há décadas a manipulação genética, produzindo transgênicos e demais variantes de sementes e também de animais. Diferente do que acontecia antigamente com os híbridos, em que se cruzava milho branco com

milho vermelho para dar um descendente que não fosse fértil e, assim, estimular a compra de novas sementes, a ciência moderna cartesiana, com a globalização, hoje foi mais longe. Atualmente, há o cruzamento de soja com a proteína do porco, provocando uma série de aberrações que vão parar na mesa das pessoas.

A biodiversidade não é algo presente e distribuído de forma igual no planeta. Ela está concentrada nos países denominados países “terceiro mundo”, sobretudo, nas zonas tropicais. É ali que existe a maior diversidade de animais e de vegetais, bactérias e microrganismos de grande interesse das transnacionais.

E, por estar presente em pontos específicos, vem determinando formas de apropriação para além dos territórios. Dessa forma, há uma série de empresas comprando grandes propriedades da floresta Amazônica e multinacionais comprando e patenteando plantas medicinais, junto com seus usos no Cerrado, entre outras atividades que impactam de forma negativa as populações tradicionais que guardam a grande parte desses saberes ancestrais.

As pessoas se assustam ao saber que só existem 8% da Mata Atlântica preservada e da floresta temperada, que cobria toda a Europa, restou apenas 1%. Ainda assim, as populações desses países tropicais são acusadas pelo colonizador de “atrasadas”, de “não civilizadas”, principalmente porque sempre foram feitos diversos rituais que não passavam pela compreensão europeia. O ritual do colonizador de desmatar e destruir a biodiversidade se intensificou após a revolução industrial.

Presente nos quintais, nas periferias e nas roças tradicionais, a biodiversidade é constituída por meio de uma cosmovisão que a valoriza e a sacraliza, o que a faz resistir ao longo do tempo. E, mesmo com a configuração urbana, nas favelas dos grandes centros, as pessoas pobres vão manter essa biodiversidade em pequenos espaços, em vasilhas, utensílios, latinhas e lajes. Tudo isto regula e minimiza desastres, como inundações e até epidemias.



Comunidades negras e a biodiversidade

As comunidades negras, comunidades de matrizes africanas na diáspora do Brasil, carregam consigo uma cosmovisão de mundo na qual a biodiversidade é altamente valorizada. Em minha tese de doutorado, investigando essas comunidades etnobotânica, foi possível verificar que nesses espaços não se plantam monoculturas (uma só planta) e, sim, policultivos, multicultivos, ou seja, há uma reprodução do diverso, semelhante ao que ocorre com o que é oferecido pela natureza e pela dinâmica dos ecossistemas tropicais. Por isso, as agroflorestas que estão em quintais não demandam intervenções externas, já que são capazes de gerar equilíbrio dentro desse pequeno sistema, oriundo da diversificação de espécies cultivadas e conservadas.

Mais uma vez, vale lembrar que as populações com menos recurso financeiro é também, em sua maioria, composta por descendentes de africanos e de povos originários. E o cuidado com a conservação com a natureza não está relacionado apenas com a sobrevivência à pobreza - como a burguesia aponta - e, sim, porque se trata de um legado ancestral, de outro paradigma, que valoriza a natureza e faz parte das cosmovisões de mundo desses povos. Pode-se dizer, no caso da população afro-brasileira, que se trata do legado ecológico do Atlântico Negro. O Brasil foi o país que teve a maior migração forçada do mundo e isso fez com que

houvesse também uma migração de saberes trazidos diretamente de regiões em que a agricultura de base agroecológica era desenvolvida com muito conhecimento.

Assim, parece importante ampliar o campo da agroecologia, “enegrecer a agroecologia”. Isto significa dizer que estudar e debater ecologia no Brasil requer aprender sobre a África, porque sem esses saberes e conhecimento não há agroecologia. Além disso, cabe lembrar que a escravização africana redesenhou o Brasil, e foi um tráfico também de saberes. Este tráfico de saberes, feito por meio do tráfico de pessoas, não foi feito de forma aleatória, grande parte dos africanos trazidos para este país eram os povos Bantos. Esse povo dominava a medicina e uma agricultura tropical constituída por princípios agroecológicos.

A prática da agricultura das savanas, como o cultivo de arroz, o quiabo e o maxixe foram trazidos para o território brasileiro. Essa seleção, arquitetada de maneira consciente pelos europeus, trouxe os povos que dominavam uma agroecologia adaptada à condição climática, então, esses saberes e tecnologias foram territorializadas aqui.

Esse conjunto de saberes ancestrais dos vegetais, conectados com as histórias, vivências e memórias do passado com o presente, é denominado de etnobotânica. Ciência que é fundamentada na botânica e na geografia cultural, vinculada a todas as simbologias, formas e saberes complexos de civilizações que lidam com a natureza. Assim, para tratar doenças, há benzedei-ras, plantas e processo ritualísticos que envolvem uma ampla compreensão sobre a natureza, as fases, o plantio com respeito aos ciclos bioenergéticos que nunca se dissociam. Para coletar as plantas, os seguidores do candomblé pedem licença, tomam banho, se purificam para coletá-las e prepará-las. Ritos, magia e sistema de cura vivos nos territórios brasileiros que tornaram possível a vida nos trópicos e cabe a este país, como reparação histórica, reconhecê-los.

Ioruba-Nagô em Minas Gerais

Há três etnias principais de maior concentração que vieram para o Brasil. Dentre elas estão: os Bantos, os Jejes, os Nagôs e os Iorubas. Em Minas Gerais, houve maior concentração dos Bantos e dos Jejes; os Iorubas chegaram tardiamente, perto do ano de 1800. Em todos os estados do Brasil eram os povos Bantos que dominavam a agroecologia.

Vale pontuar que o Brasil tem um “bantuísmo” na linguagem falada e escrita. Devido ao grande contingente sequestrado desse grupo étnico que, além da linguagem, trouxe o aporte da agroecologia, das plantas sagradas e aclimatadas (plantas exóticas migradas, mas de mesma zona climática).

Sequestrados do Golfo de Benim, Nigéria, Togo, Gana e todo esse conjunto deveriam ser ensinados a toda população. Isso porque há uma enorme quantidade de brasileiros que vieram com seus descendentes e que carregam saberes medicinais e ritualísticos.

O candomblé é um território de curas ancestrais, a partir da natureza e que tem entre um de seus fundamentos a reza: “Ko si ewê Ko si orisá”, que significa: “matou a planta, matou o Orixá”.

Segundo a geógrafa Judith Carney, o arroz é africano, o açúcar é africano, a cana de açúcar, o tabaco é africano, o algodão é africano, ou seja, os vegetais que deram origem à agricultura são africanos. Em sua pesquisa, ela aponta o continente Africano como berço do desenvolvimento tecnológico da agricultura e afirma que algumas plantas foram adaptadas pelas mulheres para sobreviverem fora do seu ecossistema de origem para, assim, alimentar a população.

“ Em um quintal com uma área de 10m², um cantinho de 10m², meu finado pai de santo cuidava de 86 plantas. Não há preconceito, há uma mistura,

desde plantas como o Alecrim que é usado em banhos e para alimentos também, eu tenho Samambaia que nasceu sozinha, eu tenho Jurema que é de ritual mesmo, eu tenho espada de São Jorge, Colônia que é de ritual, mas que também é preventiva e no controle contra derrame e insônias, Peregum de proteção, tapete de Oxalá que é o Boldo, o Poejo e embaixo o dólar.

Aí ele falava assim: “Para nós que somos do Candomblé todas as plantas são sagradas”. Para retirá-las para um banho ou para qualquer coisa, a gente pede licença, a gente faz preceito, a gente se prepara, a gente toma banho de descarrego, a gente faz preceitos, a gente faz um processo de sacralização do corpo para retirar a planta. Então para nós que somos do Candomblé, que somos de matriz africana, essas plantas têm uma divindade ligada a elas, então elas merecem respeito e para elas eu peço Agô (Licença), antes de arrancar.



O que são mudanças climáticas?

» Dulce Maria Pereira

» Suely Araújo

Criada em 1988 pela ONU e com a participação de 800 cientistas do mundo todo, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) representa um relatório aprofundado com as alterações climáticas, já identificadas, induzidas pelo ser humano.

Mudanças climáticas são, segundo a ONU, transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima³.

O IPCC revela as suas consequências e impactos, seja pelas mudanças naturais, como as resultantes de variações do ciclo solar, seja da maioria, as causadas por atividades atávicas, para a vida e para a natureza. Desde o início dessa produção de documentos já foi emitido o sexto relatório do IPCC, chamado de R6. A relevância deste processo reside na aproximação dos estudos científicos com o cotidiano dos povos e territórios. Traz conhecimento coletivo sobre as realidades e riscos, articulando o compromisso dos Estados e nações com a redução das ações

3 <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-sao-mudancas-climaticas>

que estão na origem das transformações que impactam a natureza e, conseqüentemente, o clima. As vozes das pessoas dos territórios, as observações, análise e sistematização de cientistas organizaram o entendimento sobre a dimensão, os riscos e as necessárias medidas de contenção de danos para a continuidade de condições de vida humana, e das demais espécies como as conhecemos, no planeta Terra.

O R6 é um documento organizado em partes. O primeiro volume foi lançado em agosto de 2021, e outro grupo de trabalho concluiu mais uma etapa em fevereiro de 2022, e é possível que haja mais um documento previsto para outubro. Esse conjunto de documentos apresenta o que há de mais atualizado e sistematizado em termos de mudanças climáticas no mundo e aborda, também com dados científicos, os danos que estão ocorrendo nos territórios estudados, como forma de construir uma análise geral.

R6 – IPCC de 2022

Esse tipo de relatório, até a última edição, apresenta uma linguagem mais comedida e sem fazer alarde das questões que tenham ocorrido, ou estejam ocorrendo. Trata-se do cuidado com a comunicação de riscos, para não criar pânico na população mundial. Diferente disso, pela primeira vez, no R6 os cientistas afirmaram que a maior parte do aquecimento global foi causada pelo ser humano. Além disso, o documento estimou que, desde a primeira era industrial, o mundo esquentou cerca de 1,09°C, sendo que apenas 0,02°C foram atribuídos às causas naturais. Isso significa que os humanos causaram 1,07°C do aquecimento global e que agora é preciso todo o esforço do mundo para que esse número não passe de um grau e meio (1,50 °C).

Em 2015, 295 países assinaram um compromisso internacional, o Acordo de Paris, para mitigar, adaptar e reduzir as mudanças do clima, de forma que o aquecimento não passe de 2°C. O IPCC

avalia que cada uma das últimas décadas foi mais quente do que todas as anteriores, desde 1850. A temperatura global subiu mais rápido desde 1970 do que em qualquer outro período de 50 anos, nos últimos dois milênios.

Segundo o documento do painel, o nível do mar subiu 20cm entre 1901 e 2018. Essa taxa tem aumentado muito desde 2006 e 2018, então a velocidade do aumento do nível do mar, causada essencialmente pelo gelo dos polos, tem crescido progressivamente. Além disso, o planeta está com as concentrações dos três principais gases do efeito estufa (gás carbônico, metano e óxido nitroso) em concentrações que não eram observadas desde dois milhões de anos atrás.

A humanidade está em uma crise climática, pode-se dizer que esse é o recado do R6. Portanto, cabe às populações compreenderem e assumirem o papel de responsabilidade perante a escolha dos governantes — uma vez que é urgente — escolher lideranças e gestores de fato comprometidos com a redução objetiva e cotidiana das mudanças climáticas, por meio de ações de Estado e também de estímulo e suporte a uma cultura científica, econômica e social na direção do cumprimento do Acordo de Paris. Todas as instâncias do Estado, nas esferas nacional, estadual e municipal, como os setores da cadeia produtiva e o conjunto da sociedade civil, são co-responsáveis pela redução da crise climática, cuidado ambiental e segurança socioambiental.

O IPCC de 2022 aponta vários cenários sobre as mudanças climáticas e, em todos eles, é possível prever que o planeta vai ultrapassar o limite de 1,50°C de aumento de temperatura. Em todos eles, para que seja possível manter essa temperatura, que já está elevada, seria preciso eliminar 300 milhões de toneladas de dióxido de carbono. Esse valor representa uma década de emissão, ou seja, o orçamento de dióxido de carbono ou de gases equivalentes seria gasto já na próxima década, o que explica os eventos climáticos extremos que estão acontecendo mundialmente.



Quem sofre com as mudanças climáticas

Quando se fala sobre justiça e equidade, as mudanças climáticas estão ligadas a um complexo conjunto de desigualdades e de injustiças. No próprio relatório há componentes no mundo que apontam onde estão as pessoas que sofrem os efeitos das mudanças climáticas. Há mais de três bilhões de pessoas que estão em locais vulneráveis às mudanças do clima e que podem sofrer inundações, deslizamentos de encostas, seca extrema, contaminações e outros impactos à saúde física, emocional, à segurança alimentar e à economia pessoal e comunitária.

Em geral, as variáveis de gênero, etnicidade e renda são fatores que se relacionam com os diferentes níveis de vulnerabilidade.

As pessoas que mais geram impactos ambientais são também aquelas que concentram o gerenciamento do capital, da riqueza, do resultado da produção coletiva e das políticas públicas.

Quem mais sofre são as mulheres, os negros, os ribeirinhos, os povos originários e todas as demais maiorias sociais, minorias em termos de poder. Estes, por sua vez, serão também aqueles e aquelas que não terão recursos para escolher não morar em áreas de risco, são as vítimas da inoperância programada das instituições.

Um estudo sobre a região metropolitana de São Paulo revela, entre outras considerações e identificações de impacto, que

As projeções para 2030 mostram que novas áreas de risco surgirão e a vulnerabilidade se intensificará tanto em relação a enchentes e inundações como a deslizamentos, se o atual padrão de uso e ocupação do solo da região se propagar (Nobre et.2012. p.257).

Trata-se de uma realidade frequente no Brasil, como evidencia o trabalho citado:

Os riscos e sua magnitude dependerão de severidade, frequência, distribuição e agentes deflagradores de eventos relativos ao clima; entretanto, como já evidenciado, a escala e a frequência com que os fenômenos climáticos se reproduzem ainda não foram definidas com precisão. As escalas dos modelos climáticos não são compatíveis com as escalas urbanas e as aproximações ainda não possibilitam precisar o número de eventos futuros (Nobre et.2012. p.257).

Outro dado apontado pelo relatório de 2010 a 2020 mostra que a mortalidade causada por enchentes, secas e tempestades foi 15 vezes maior nas regiões historicamente vulnerabilizadas, do que naquelas menos vulneráveis, onde o poder decorre dos recursos financeiros acumulados.

Emissão de gases e as florestas no Brasil

Sobre emissão de gases de efeito estufa (GEE), o Brasil é o sexto maior emissor no mundo, ou seja, não é o fato de ter mais de 50% do território de floresta amazônica que significa que o país não seja emissor de GEE. A porcentagem emitida em terras brasileiras representa 3.2% do total mundial.

Antes do Brasil vem a China, com uma economia que depende diretamente do uso do carvão para gerar energia. Os Estados

Unidos ocupam o segundo lugar e possuem a realidade de uma sociedade altamente consumista - o que mostra que quanto maior o consumo, maior também é o uso de produtos da natureza, com consequente emissão de gases de efeito estufa.

União Europeia, Índia e Rússia representam também esse bloco dos cinco maiores territórios que emitem esses gases. O Brasil vem superando os índices negativamente, uma vez que, durante a pandemia da COVID-19, o mundo inteiro baixou em 7% essa porcentagem enquanto que a porcentagem de emissões brasileiras aumentou em 9,5%.

Para além do significativo aumento da porcentagem dos gases, nos últimos anos, o país empobreceu e o Produto Interno Bruto (PIB) caiu, mostrando que a população tem sido cada vez mais empobrecida. Além disso, as maiores emissões no Brasil estão relacionadas diretamente ao desmatamento das florestas, que representam 46% do total de emissões. Em segundo lugar, vem a agropecuária, sobretudo, por conta da emissão do metano, em seguida o setor de energia, o de resíduos e os processos industriais.

No conjunto dos 46% representados pelo desmatamento, somente o desmatamento da Amazônia se encontra em 27%, provocado pelo agronegócio da pecuária. E a prática executada da pecuária acaba por gerar maior emissão de gases, pois quando se aplica técnicas simples, como rotação de pastagem, essa emissão já poderia diminuir.

NDC Brasileira

Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) é o nome dado ao documento nacional de cada país frente ao Acordo de Paris, e nele consta aquilo que cada um dos signatários se comprometeu com a redução de emissões. Todas essas metas foram traçadas em busca de manter o aumento de temperatura, em até 2°C, ainda que, após a realização da Conferência de Glasgow, em 2021, tenha sido determinado que é preciso manter os 1,50°C e

que 2°C significará uma tragédia que pode, por exemplo, acabar com quase todos os corais do mundo.

O Acordo de Paris também prevê suporte financeiro e transferência de tecnologia para os países mais afetados pelas mudanças climáticas e que são, conseqüentemente, os mais pobres. Na Conferência de Glasgow, houve também um questionamento importante sobre a velocidade desse recurso que é emergencial para apoiar os países que estão sofrendo essas conseqüências, e também foi pontuado que os países desenvolvidos não estão colocando o aporte de recursos necessários.

Atualmente, o que acontece no Brasil em relação aos acordos climáticos de “pedalada climática”. Há algum tempo, o Brasil assumia um papel de liderança dentro dos acordos climáticos, sempre assinou tudo e liderou muitas negociações.

A meta estabelecida no NDC anterior era de reduzir as emissões em 37% para 2025, e 47% para 2030, considerando as emissões de 2005. Só que o Brasil, ao fazer a segunda NDC em 2020, manteve esses percentuais e alterou a base de cálculo de 2005, de modo que isso gerou uma pedalada de mais de 400 milhões de toneladas de dióxido de carbono previstas para 2030. Ou seja, dentro desses percentuais, houve um truque contábil que permite emitir muito mais em 2030, violando, assim, o Acordo de Paris, por isso os governos perdem na justiça.

Na última Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), o Brasil apresentou um discurso em busca de tentar alterar a imagem negativa sobre a realidade. Além disso, os números do desmatamento foram escondidos e até mesmo os dados que já tinham sido disponibilizados. O presidente não compareceu, e a única representante do Brasil a discursar na cúpula de líderes foi a indígena Txai Suruí, que é uma das autoras de uma ação contra as pedaladas climáticas.

Sobre os pontos positivos da COP26, foi feita uma declaração de florestas em que o Brasil e mais 110 signatários se compromete-

teram a zerar o desmatamento até 2030. Também foi assinada uma declaração sobre emissões de metano, em que o país se compromete em reduzir as emissões de metano em 30% até 2030. Apesar dessas declarações apontarem caminhos para a melhoria dos impactos climáticos em terras brasileiras, elas não possuem o caráter vinculante de um acordo internacional. E o que se vê na prática é um caminho na contramão disso que o planeta está clamando. O presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei no começo de 2022, aprovada no congresso somente no final de 2021, que dá subsídios financeiros até 2040 para a produção de carvão mineral - a fonte de energia mais poluente do mundo. Ademais, essa aprovação é ainda mais controversa, pois o Brasil não precisa de carvão mineral como produção de matriz energética.

Em 2021, o Brasil foi o líder absoluto de um ranking mundial de destruição de florestas tropicais. Os índices dessa devastação chegaram a 41% da perda de florestas tropicais no mundo.

A história dos embates sobre mudanças climáticas

Para pensar e conhecer o histórico das discussões sobre mudanças climáticas, termos como **racismo climático** e **racismo ambiental** são conceitos recentes nessas pautas, embora tenham permeado os trabalhos desde o início do processo internacional de estudos sobre o tema.

Quando organizações, a exemplo da ONU, definem a mudança climática como transformações que ocorrem em longo prazo nos padrões de temperatura e clima, vale ressaltar que a população africana e da diáspora tratam dessas realidades desde o princípio dos debates nessa área, sobretudo na abordagem da desertificação.

A ciência contemporânea, embora ainda apresente estudos pouco conclusivos e aquém dos necessários para que seja avaliada a extensão global dos danos para os grupos humanos e territórios, há um conjunto de pesquisadores que apontam que aqueles que

controlam o setor produtivo, a produção, o capital e os recursos da humanidade são também os principais responsáveis pelas emissões.

O controle dos gases da atmosfera garante a temperatura equilibrada e eventos extremos como desertificação. Os fenômenos El Niño, La Niña e as atividades vulcânicas acontecem em função das atividades antrópicas, ou seja, a atividade do ser humano potencializa essa realidade.

Além disso, a mudança no padrão das chuvas causa enchentes, morte das plantações e a seca. A própria desertificação causa mudanças do clima, por isso se trata de processos cíclicos e não isolados.

Sobre a ruptura de barragens

O crime socioambiental da ruptura das barragens é algo que em si expande as emissões e, para além disso, se trata de um processo conduzido pelas grandes corporações e mineradoras. Trata-se de um tipo de impacto impulsionado pelo interesse do capital e que gera prisões e colocam em situação de calamidade as pessoas ribeirinhas, indígenas e negras. Esses povos, historicamente, já vivenciam de forma desigual os demais impactos ambientais, de maneira que passam a sofrer de forma perversa com as contaminações que decorrem dessas rupturas.

As contaminações estão diretamente vinculadas ao conjunto dos processos geológicos e biológicos, pois, uma vez que há contaminante no solo, ele também vai para o ar, contaminando as pessoas, a água, os peixes e as plantas. As pessoas que viveram esse processo de epistemicídio sofrem também outro impacto relacionado a perder o quintal para a contaminação. Nesse quintal é onde estão suas práticas existenciais, filosóficas, religiosas e também onde se exercita os conhecimentos com as ervas, com as plantas e sua relação com a natureza.

Além disso, é gerado também um ciclo de insegurança alimentar, uma vez que os quintais são espaços estratégicos de

fornecimento de alimentos. Tudo isso contribui de forma indireta pelo consumo forçado e com a expansão do agronegócio, pois se passa a consumir os produtos que são produzidos em larga escala e que impactam o ambiente e expandem os riscos das mudanças climáticas.

A percepção sobre a circularidade dos processos coloca negros, indígenas, ribeirinhos e favelados em um espaço central, uma vez que se relacionam diretamente com o alto crescimento das desigualdades e da vulnerabilização das pessoas nas diversas regiões do país.

Quem polui mais?

As ciências ambientais estão em construção, assim como a educação ambiental crítica e os entendimentos sobre as complexidades ecossistêmicas. Elaborou-se um conveniente discurso que afirmava que a população mais pobre era também aquela que polui de forma ativa o meio ambiente. Esse dado chegou a ser explicado em artigos científicos e, a partir de pesquisas qualitativas e quantitativas, se demonstrou falso. Quem controla o processo industrial de produção de resíduos tóxicos não são as pessoas em situação de vulnerabilidade e, sim, as grandes corporações. Os consumidores de maior poder aquisitivo são aqueles que mais geram resíduos. A falta de infraestrutura e de políticas, a ausência de tratamento de resíduos são responsáveis pela disponibilização de materiais de forma inadequada pelas populações de baixa renda.

Geografia do Clima x Climatologia Geográfica

Diferem-se a partir da abordagem no método de análise do materialismo histórico-dialético. A divisão e diferenciação espacial não se dá apenas por questões físico-ambientais, mas agora pela divisão social e territorial do trabalho e, conseqüentemente, em grupos sociais de classes distintas. É a partir dos anos de 1970 que se inicia esse movimento, quebrando com a ideia da geografia clássica.

A partir dessa mudança de método, é possível enxergar o clima por meio e pelo modo de produção capitalista. O conceito inicial dizia sobre superar a separação natureza e sociedade, e agora se insere não só a dimensão espacial dos impactos climáticos, mas os processos de reprodução capitalista do espaço.

A depender do contexto social, político e histórico, o conceito de clima é construído, vivenciado, percebido e experimentado de forma diferenciada pelas diferentes sociedades e grupos sociais. Essas mudanças ocorrem por intencionalidades e finalidades diversas.

Por meio da relação clima-sociedade compreendemos os processos e as contradições ambientais são também sociais e espaciais. O espaço e os sujeitos são hierarquizados no modo de produção capitalista. Logo, os impactos são diferenciados (JESUS *et al*, 2021).

O espaço urbano foi e é reproduzido seguindo a lógica de produção do sistema capitalista. O capitalismo cria estruturas e classes sociais no qual uns são mais sujeitos que outros, uma vez que na sua essência permite a acumulação privada de capital concentrados nas mãos de poucas pessoas, ou de uma determinada classe social. Isso é materializado no espaço urbano por meio da espacialização dos fenômenos e fatos sociais, produzindo espaços segregados e fragmentados (PAVIANI, 1994; SANT'ANNA NETO, 2011; SPOSITO, 2013; ALMEIDA, 2019; dentre outros). Dessa forma, os impactos das manifestações do tempo e do clima também são diferentes entre os sujeitos que habitam esses espaços.

O entendimento do clima em escala global e regional, dependendo do grau de vulnerabilidade de cada território, não é suficiente para identificar os impactos. A escala de clima urbano é fundamental, pois é aqui que aparecem os verdadeiros atingidos dos eventos e episódios extremos na cidade. O sujeito mais vulnerável deixa de ser apenas geolocalizado, ganha rosto, história, individualidade e subjetividade. Aqui é feita a oportunidade de voz e protagonismo da classe não-hegemônica.

Ecocídio, racismo, patriarcalismo e mudanças climáticas

O racismo é a mais longeva ideologia, define estratégias de ocupação dos territórios e de impactos ambientais que culminam nas crises do clima e desigualdades que implicam, na atualidade, em riscos para o conjunto da humanidade. A escravização de pessoas ancorada em justificativas construídas por filósofos e cientistas, justificadas pelas características humanas, ou pela origem social, desenha a história da humanidade e ancorou-se na construção do questionamento sobre a humanidade dos negros, e discussões filosófico-científicas sobre a inferioridade dos asiáticos. Esse tipo de constatação foi a justificativa para a ocupação durante quase 30 séculos da África Subsaariana (N'DIAYE, 2008), em um processo de ecocídio e epistemicídio. Uma das formas de se desarticular as comunidades era a redução de sua capacidade produtiva, por meio de danos e devastação do ambiente.

A história de construção de hegemonia e domínio sobre os povos, de ocupação dos territórios, processo definido como necropolítica, tem no ecocídio uma das causas das mudanças climáticas.



[...] a contradição central que nos move é a de que sempre que houver injustiças sociais e ambientais sobre os corpos dos sujeitos negros há um indicador de racismo ambiental e sempre que essas injustiças geram perdas humanas há evidências de uma necropolítica (MBEMBE, 2018).

É relevante inserir o racismo no processo de conceituação das discussões que envolvem as mudanças climáticas e a redução das emissões de gases. No universo de formulações sobre mudanças climáticas, impactos ambientais e desastres, coletivos humanos vulnerabilizados no contexto urbano e nas áreas rurais são penalizados pelos processos de mudanças que originam doenças, desconforto e empobrecimento.

A ausência de políticas públicas e de estudos que façam a previsão de desastres ambientais e o controle das emissões que atinge diretamente conjuntos humanos em situação de vulnerabilidade, evidencia critérios genocidas de tomada de decisão dos governos em diversos pontos do mundo.

O racismo ambiental e o racismo climático são questões políticas e humanitárias que evidenciam uma construção social que determina como alguns grupos são mais relevantes que outros tanto para a ciência, como para as políticas públicas. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e periféricos não escolheram os lugares considerados de risco para viver, foram forçados e jogados para regiões de risco, ou têm seus territórios transformados em áreas de risco, distanciados de suas capacidades e competências de relações produtivas.

Racismo ambiental e o futuro

A noção de raça mudou ao longo da história, dependendo das correntes ideológicas e políticas-econômicas. Demarca-se o Colonialismo/Grandes Navegações como o período no qual as primeiras implementações das ideias científicas-filosóficas de classificação da humanidade em diferentes grupos separados por raça surgiram de forma mais sistematizadas e, a partir daí, estruturaram o capitalismo.

Herdado das ciências naturais - que classificavam as plantas e animais - as ciências humanas aplicavam essa classificação nos seres humanos para justificar a escravidão e o genocídio das populações, principalmente da África e das Américas (ALMEIDA, 2019).

Dentre as ciências humanas, a Geografia tem papel central como instrumento ideológico. O clima foi usado para justificar e legitimar o colonialismo europeu.

Assim, o que se aponta, é que a ciência foi uma das responsáveis pela construção de conceitos morais e racistas. O debate racial é atual e se faz fundamental, uma vez que as sociedades foram originadas e estruturadas dentro de uma ideologia racista.

“Atualmente esse conceito de racismo ambiental foi ampliado e concorda-se com o Mir (2012) quando o autor afirma que o racismo ambiental é uma prática política, intencional ou não que desfavorece indivíduos ou um grupo baseado em sua raça ou cor, havendo perda material, simbólica ou humana”.

O conceito acadêmico de racismo ambiental foi criado nos EUA com direcionamento deliberado de comunidades étnicas e minoritárias em termos de poder, para exposição a locais e instalações de resíduos tóxicos e perigosos, juntamente com a exclusão sistemática de minorias na formulação e aplicação de políticas ambientais.

O último país das Américas a decretar o fim da escravidão, que durou mais de 300 anos, foi o Brasil. As teorias racistas, que legitimaram a escravidão, passaram a legitimar segregação socioespacial, ou o apartheid brasileiro. É com essa divisão feita pelo Estado e pela sociedade sobre os que devem viver e os que devem morrer, não só de forma direta, mas também na exposição ao risco, que se define o que é racismo ambiental.

Não podemos considerar o fenômeno do risco a partir da área, ou seja, das áreas de risco, mas sim a partir dos territórios em riscos, uma vez que: i) a exposição ao perigo não deve ser naturalizada; ii) o risco deve ser compreendido como uma construção social; iii) o Estado capitalista tem um papel central no ordenamento do território e no condicionamento de determinados grupos sociais a habitarem determinados locais na cidade.

“Em síntese, neste tópico percorreu-se como a noção de raça foi utilizada para classificar os diferentes grupos humanos e os seus discursos justificaram uma narrativa que inferiorizava todos os grupos sociais que não pertenciam à classe hegemônica. Dessa forma, a ciência – e aqui joga-se luz na geografia e no determinismo geográfico pela climatologia – tem um dever histórico de reparação social, por meio da busca por justiça social, espacial e ambiental”.

O racismo ambiental da forma como opera, e como está estabelecido na humanidade, continuará provocando transformações que são contra a vida da natureza, sobretudo, se não houver uma percepção profunda do que significam esses processos. Genocídio, epistemicídio, implantação do patriarcado, ecocídio e feminicídio são as consequências de toda a ação de grupos opressores pautados pelo racismo.

Da mesma forma que se passa a boiada em toda Amazônia, da mesma forma que se retira o ouro da Amazônia, e o projeto é para toda a costa brasileira: o que isso significa em termos de mudanças climáticas? Agora ninguém está olhando para isso, porque o foco está quase sempre na questão da expansão da riqueza e, outra coisa, tem que fazer aquele povo sair de lá. Ribeirinhos, os marisqueiros têm que sair de lá, a mesma coisa acontece com os quilombos.

Atualmente, empresas privadas e o estado brasileiro, como a Marinha, por exemplo, operam o genocídio e a expulsão de grupos historicamente organizados na Bahia, no Maranhão, em Alcantara e em tantos outros lugares. Dessa forma, passa a ser essencial vincular essa percepção sobre identificar a origem dos processos de expansão das mudanças climáticas, associada ao racismo ambiental e aos processos de tomada de territórios.

Risco no contexto das mudanças climáticas

Não há saída que não seja coletiva para a organização da vida planetária, superando-se os cenários de sofrimento e catástrofes que se desenham, caso o cuidado não se torne a referência das relações entre humanos e dos humanos com o ambiente. A motivação para novas percepções das responsabilidades coletivas tem sido a associação de sofrimento, impactos e riscos.

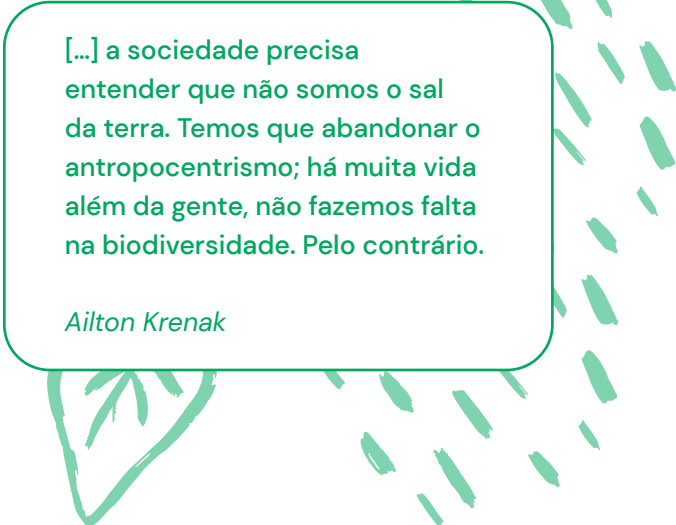
Eventos extremos de precipitação não podem ser considerados somente por seus valores que ultrapassam o limiar estatístico de determinado local. Deve-se entender as excepcionalidades por e a partir das condições territoriais sobre um mesmo espaço geográfico. Dito isto, compreendendo que esses episódios ocorrem também no que se considera habitual.

É na relação extremo x habitual que o impacto se manifesta. Observa-se, aqui, que os processos espaciais e os demais conceitos são construídos e carregam uma intencionalidade. No caso, a intencionalidade da classe hegemônica, que é a obtenção de lucro na construção de produção capitalista.

O impacto de um episódio pode atingir somente um indivíduo, mas o seu processo não pode ser individualizado. Discursos tecnicistas carregam esse contexto de “irregularidade” e “acumulado acima do habitual” e são usados por instituições do Estado, como a Defesa Civil, o que tende a tirar a responsabilidade do Estado pela presença e ausência nesses territórios.

O risco não pode ser simplificado à exposição e ao perigo. Dessa forma, rompe-se com o paradigma que percebe o risco como um fenômeno probabilístico e o perigo como evento danoso, e passa-se a compreender o risco como uma construção social, podendo ser um instrumento de justiça ambiental (NASCIMENTO JR., 2018).

As mudanças climáticas são resultados das práticas cotidianas dos humanos nos contextos individuais e coletivos. A ruptura com a ordem da destruição demanda corresponsabilidade com a desestruturação científica, tecnológica, política e cultural, ancoradas na economia da exploração e do risco.



[...] a sociedade precisa entender que não somos o sal da terra. Temos que abandonar o antropocentrismo; há muita vida além da gente, não fazemos falta na biodiversidade. Pelo contrário.

Ailton Krenak

O que fazer?

No curso da história, há um tempo em que a humanidade é chamada a mudar para um novo nível de consciência, para alcançar um terreno moral maior. Uma época em que temos que derramar nosso medo e dar uma esperança uns aos outros. Naquela época, é agora.

Wangari Maathai

Bibliografia

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. [Structural Racism]. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p. ISBN: 978-85-98349-74-9. Disponível em: https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf

BULLARD, Robert D. **Confronting Environmental Racism: Voices from the Grassroots**. South End Press, 1993.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Tradução de Laurênio José de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IEMA- Instituto de Energia e Meio Ambiente, 2021. **Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas climáticas do Brasil (1970-2020)**. Disponível em: <http://energiaeambiente.org.br/produto/analise-das-emissoes-brasileiras-de-gases-de-efeito-estufa-e-suas-implicacoes-para-as-metas-climaticas-do-brasil-1970-2020>

IPCC, 2022: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 3056 pp., doi:10.1017/9781009325844. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>

MARINHO, Nilson. 'Achei que era o fim do mundo', diz moradora da Boca do Rio sobre vendaval. **Correio***, Salvador, 31 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/achei-que-era-o-fim-do-mundo-diz-moradora-da-boca-do-rio-sobre-vendaval/>

Mbembe, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: N-1 edições, 2018, 80p. NASCIMENTO, Jr. (2018). O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA NO BRASIL: INDAGAÇÕES À LUZ DE "O ESTRANGEIRO". **Revista de Direito, Arte e Literatura**, v. 4, n.1, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9911/2018.v4i1.4321>

N'DIAYE, Tidiane. **Le génocide voilé:** enquête historique. 2008.

NOBRE, Carlos A.; REID, Julia; VEIGA, Ana Paula Soares. **Fundamentos científicos das mudanças climáticas.** São José dos Campos, SP: Rede Clima/INPE, 2012.

ONU- Organização das Nações Unidas. **Acordo de Paris sobre o Clima.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/node/88191>.

ONU- Organização das Nações. **O que são Mudanças Climáticas.** Disponível em Unidas. <https://brasil.un.org/pt-br/175180-o-que-sao-mudancas-climaticas> .

PEREIRA, Viviane e LOPES, Claudemira. Ecologismo dos Pobres e o Racismo Ambiental: Reflexões sobre sociedade e natureza para uma educação ambiental crítica. **Divers@ Revista Eletrônica Interdisciplinar, Matinhos**, v. 14, n. 2, p. 110-125, jul./dez. 2021 ISSN 1983-8921. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/83342>

PAVIANI, A.(1994). Mudança ou transformação na cidade: uma abordagem preliminar. **Revista Geosul**, Florianópolis, Ano IX, n. 17, pp. 27-40, jan/jul.

SANT'ANNA NETO, João Lima. O clima urbano como construção social da vulnerabilidade polissêmica das cidades enfermas ao sofisma utópico das cidades saudáveis. **Revista Brasileira de Climatologia**, [S.l.], v. 8, jun. 2011. ISSN 2237-8642. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/25794>>

SMITH, Neil. **There's No Such Thing as a Natural Disaster**. Jun. 2006 Disponível em: <https://items.ssrc.org/understanding-katrina/theres-no-such-thing-as-a-natural-disaster/>

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social**, 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Panorama das mudanças climáticas no Brasil e seus impactos no território

» Regina Lucia dos Santos

O racismo ambiental e as mudanças climáticas afetam as populações negras desde o princípio da colonização. Quando se trata do contexto urbano da luta contra o racismo no Brasil, um marco fundamental para a consolidação de avanços e conquistas se trata da criação do Movimento Negro Unificado (MNU), que há 44 anos debate temas como a falta de acesso ao saneamento e às condições indignas de vida nas quais o povo preto está submetido.

A discussão e a formulação sobre racismo ambiental podem parecer novas, mas não são. O movimento negro já fala há algum tempo deste tema ao questionar a falta de saneamento básico, coleta de lixo, acesso à água nos territórios periféricos sem água encanada, estas ausências manifestam de maneira inequívoca o racismo institucional que norteia o Brasil. Os desmoronamentos de encostas, que provocam inúmeras mortes, só acontecem por conta do total descaso e falta de investimento público em locais de esmagadora maioria negra.

A ausência de demarcação de terras quilombolas e indígenas, que são ao longo de séculos os protetores dos rios, florestas, fauna e flora, são indicadores de que não existe a menor vontade e compromisso político com estes territórios negros e indígenas que salvaguardam parte importante do meio ambiente. Sem falar das comunidades tradicionais pesqueiras, que, por conta da poluição de rios e mares, vêm tendo sua atividade econômica e, portanto, a sobrevivência, absolutamente comprometidas, de forma que nenhuma atitude é tomada para mudar esta realidade, porque estas comunidades de pescadores, marisqueiras, caranguejeiros são negras e indígenas.

A gentrificação dos territórios, embora colocada como fenômeno atual, se desenha desde a abolição da escravidão quando negros expulsos das fazendas vão conformando os territórios urbanos com os ciclos de expulsão, à medida em que os territórios periféricos negros se valorizavam, provocando o redesenho do urbano. Os impactos ambientais e o racismo fazem parte do cotidiano da população negra desde sempre.

Nesse contexto, em uma cidade como São Paulo, por exemplo, os territórios periféricos estarão sem água encanada, sem acesso a saneamento básico, enquanto nos bairros ricos há ruas arborizadas, há presença de coleta de lixo, há água em abundância e todos os demais recursos necessários para viver com dignidade. Além disso, as periferias também ficam de fora dos projetos de planejamento urbano, da proteção de áreas com árvores plantadas e diversos outros.

Impactos ambientais e o racismo

Pelo Brasil afora, e, neste momento, Rio de Janeiro, Minas Gerais, ABC Paulista e Sul da Bahia são áreas em que há muita gente morrendo por meio dos impactos do racismo ambiental. Nesses locais, a gestão pública atua de forma que o cuidado com o meio ambiente em um território negro e periférico seja

visto como desnecessário, território esse que é explorado para a reprodução do capital.

E indo além das fronteiras urbanas, o racismo ambiental atinge os territórios do meio rural onde estão comunidades tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tantos outros povos que, sem seus rios, matas, as florestas que são o meio de sobrevivência, têm sido usurpados, lesados, expulsos por empreendimentos criminosos como garimpo ilegal, exploração de madeiras, apropriação e exploração dos recursos naturais e também por crimes - não tragédias- ambientais absurdos.

Nos últimos anos, o que foi visto no Brasil, foi a exploração exaustiva da floresta para a retirada de madeira nobre, causando significativo desflorestamento em diversos pontos do mapa. As plantações originárias são substituídas pela monocultura da soja, do eucalipto e de outros cultivos que servem ao agronegócio.

É preciso ampliar cada vez mais a percepção das pessoas sobre o fato de que os prejuízos climáticos sofridos pelas pessoas periféricas acontecem também por conta dos desmatamentos e devastações provocadas pelo capitalismo. Além disso, pensar em novos modelos de ocupação urbana - ocupando lugares abandonados, e com a criação de hortas coletivas - são movimentos que fazem a diferença positivamente na vida das comunidades.



O racismo e a discussão do racismo ambiental são temas que permeiam a luta dos povos originários desde o começo da colonização no Brasil e há séculos também de resistência dos diversos povos lutando contra a devastação provocada pelo colonizador.

É preciso alertar as pessoas sobre a falta de oferta dos recursos ambientais à população negra e indígena. Isso faz com que, cada vez mais, essa população se organize para resistir.

Tragédias que têm cor

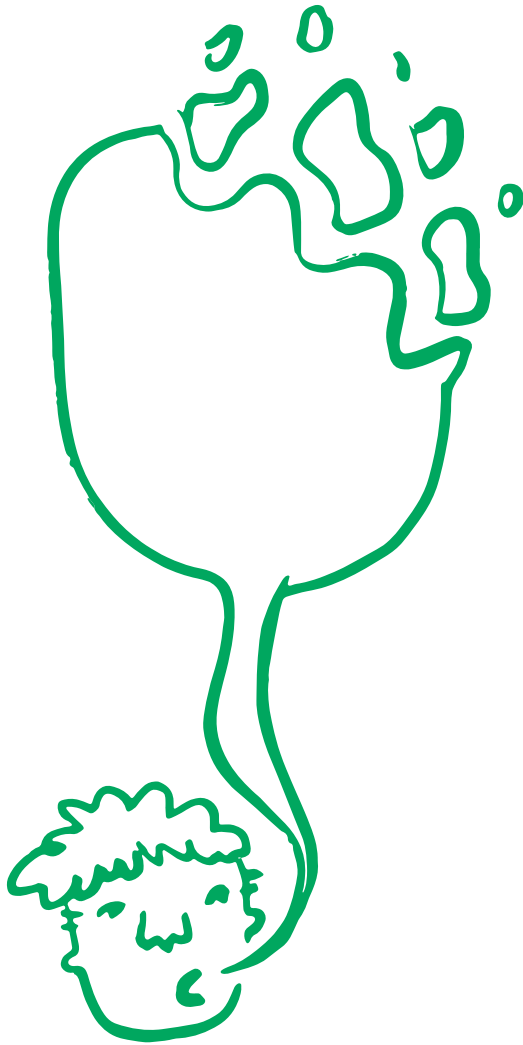
Sempre que há um crime ambiental, que se tornou uma tragédia, sendo televisionado no Brasil, é possível evidenciar que há uma cor predominante das populações que passam por essas situações. São os corpos negros e indígenas que estão em risco junto com seus territórios, suas moradas, suas memórias e suas existências. Na grande maioria dos casos, esses territórios também foram usurpados de forma intensa e não tiveram nenhum recurso de gestão ambiental para amenizar os possíveis impactos.

O povo negro desenha a urbanização

Com relação à moradia e à organização dos espaços urbanos, a gentrificação e a valorização dos territórios tradicionais fazem com que as populações negras sejam expulsas de suas moradas e migrem para as periferias das cidades. Dessa forma, pode-se dizer que costuma ser a população negra e pobre que desenha o urbano, uma vez expulsos de seus territórios passam a expandir a área urbana em todas as cidades do país.

Carolina Maria de Jesus, por exemplo, morava em uma favela que não existe mais, porque essa região, que era periférica na década de 1930 a 1950, com a expansão da mancha urbana na década de 1970 a 1980, passa a ser considerada um território mais central e esse povo é expulso. Deste modo, a favela do Canindé deixa de existir porque já não é um território que se encontra na periferia.

O racismo intervém em todas as áreas das relações sociais e, com relação ao meio ambiente, não é diferente. A produção de ambientes degradados, sem intervenção de gestão de recursos ambientais, ela não se dá aleatoriamente, ela se dá nos territórios onde a maioria é negra e pobre. **Se hoje há territórios arrasados pelas mudanças climáticas, não se trata de acidentes ao acaso e, sim, das mudanças climáticas que são crimes causados pela exploração do capital.**



Fragmentos de uma fala

» Nilma Bentes

Em algumas tradições africanas, a palavra oralizada, após proferida, cumpriu sua obrigação, cumpriu o seu dever; vai embora, evapora. Mas, como compromisso, tinha força férrea. Felizmente, em alguns poucos lugares isso ainda é valioso.

Parece que tem sido um tanto difícil para a maioria entender que somos um conjunto; que nós não estamos fora da natureza, nós somos natureza (!).

A natureza tem sido vista, falada e estudada por uma parte da humanidade como algo à parte e não incluindo o ser humano como integrante desse todo. Mudar essa visão para enxergar todas as pessoas como parte dessa natureza é fundamental para compreender questões acerca das temáticas ambientais.

O aquecimento global é também provocado por questões humanas, que geram mudanças climáticas. Ou seja, as estações estão mudando de forma muito severa e há lugares com muita seca e outras regiões que têm muita água, isso significa que o que acontece não é simétrico, nem homogêneo. Aliás, nunca foram, mas de um tempo para cá estão se agravando rapidamente.

Amazônia e o impacto no planeta

Efeitos como o derretimento do gelo nos polos causa o aumento do nível do mar, acidificação dos oceanos, fenômenos meteorológicos extremos e há eventos em lugares diferentes que se correlacionam: como tempestades tenebrosas em um lugar e

tempestade de poeira em outro. Tudo isso provoca uma escassez de alimentos, aumento das enfermidades, migrações massivas, perda da biodiversidade.

A região Amazônica (Pan-Amazônia) envolve nove países, são eles: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana (ex-Guiana Inglesa), Guiana Francesa (Departamento da França, Europa na Amazônia), Peru, Suriname (ex-Guiana Holandesa) e Venezuela.

Por conta dessa diversidade e imensidão, essa região precisa ser observada em toda sua complexidade, inclusive geopolítica.



Quando se fala somente do Brasil, os estados que fazem parte da Amazônia são: Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, uma parte do Mato Grosso e do Maranhão, ou seja, há um território gigantesco de biodiversidade e de povos tradicionais nesta região. **Na Amazônia brasileira, encontra-se o maior trecho do rio mais caudaloso do mundo, a maior floresta tropical do mundo, de maior biodiversidade. E, ainda assim, não significa que haja poder político e respeito pela dignidade das vidas que**

existem nesses lugares, ao invés disso, há uma política de invisibilização dos territórios e da cultura amazônica quando comparada a outras regiões do Brasil.

A política hegemônica não enxerga a floresta Amazônica dentro da sua complexidade e relevância para a manutenção da vida, não somente no Brasil, como também no planeta. A água e a floresta de lá estão relacionadas a todos os ciclos da água no mundo – inclusive pelos "rios voadores". O rio Amazonas, em período de cheia, tem a força colossal e quando desemboca avança, empurra as águas do oceano Atlântico.

As maiores cheias do rio Amazonas ocorrem quando chove nas cabeceiras dos seus afluentes que nascem no hemisfério Norte, ao mesmo tempo dos que nascem no Sul e quando isso coincide com o degelo na Cordilheira dos Andes – sim, acontece a grande cheia!

Com o aumento do aquecimento global, pode acontecer do Rio Amazonas engolir as cidades de sua bacia, inclusive Manaus e Belém.

Não se deve esquecer que uma floresta é formada não somente pelas árvores, ela inclui rios, animais e tudo mais que a sustenta e é sustentada por ela. **Toda a diversidade que há na floresta é fundamental para compreender os impactos das mudanças climáticas e a importância de proteger todas as formas de vida que existem, portanto, no bioma amazônico.**

Mudar pela ancestralidade

O Bem Viver, a filosofia Ubuntu, o Teko Porã, a Florestania, são princípios que, se articulados entre si e interpenetrados pelo paradigma do Cuidado (cuidar de si – o autocuidado – cuidar do outro – cuidar do planeta), podem atuar como base de transformação do modelo colocado pelo mundo capitalista, a partir da ancestralidade e do modo de vida dos povos originários que sempre procuraram viver de forma harmônica com o ambiente.

É urgente pensar, criar e aplicar mecanismos para que seja possível construir uma forma de transição de modelo de vida

que não pratique a mercantilização dos bens da natureza (água, minérios, madeira, órgãos/ seres humanos); que impeça o consumismo; a competição exacerbada; respeite os valores ancestrais; e faça com que a economia fique subordinada à ecologia e não o contrário, como tem sido. Torna-se necessário "domar"/ acabar com o agronegócio (nacional, multi-transnacional), que desmata-queima, inclui a monocultura/pecuária extensiva, usa agrotóxicos; acabar com o extrativismo vegetal: com a venda de madeira e outras espécies vegetais; acabar com o extrativismo mineral das grandes mineradoras (pensar no petróleo), do garimpo ilegal: que devasta imensas áreas (públicas, inclusive), invade terras indígenas e quilombolas, polui as águas dos rios provocando a devastação da vida de muitos, pelo interesse financeiro de poucos. A transição agroecológica no meio rural é absolutamente importante em nossos tempos. A ideia do decrescimento pode ser usada, parcialmente, na questão urbana.

A decisão sobre transformar o modelo estabelecido, no momento, se trata de uma decisão política que é forjada pelo poder econômico e esse é um grande entrave para qualquer mudança, uma vez que significa depender de grandes corporações ligadas à financeirização capitalista mundializada.

O passado presente

» Selma Dealdina

Para compreender o panorama geral do contexto da luta contra o racismo ambiental no Brasil, é preciso também caminhar passos para trás na história e falar que, em 18 de setembro de 1850, o imperador Dom Pedro II assinou a chamada “Lei de Terras”. Essa legislação oficializou um mecanismo legal de legitimar a grilagem de terras e patrocinou o latifúndio e a concentração de terras no Brasil, além de dificultar o acesso de terras às pessoas negras no contexto do pós-abolição.

Isso significa dizer que **a política agrária no Brasil já foi construída para favorecer políticos, fazendeiros, latifundiários e para impedir o acesso à terra para a população mais pobre.** Dessa forma, pode-se dizer que o racismo é um crime perfeito, uma vez que ele se molda aos contextos históricos e sociais, seja por meio do racismo estrutural, ou pelo racismo ambiental, institucional e econômico.

O racismo cria várias formas de atuar e dentro de suas diversas facetas vai vestindo a roupa que lhe é conveniente. Um exemplo que pode ser citado é a escolha dos locais para construir aterros sanitários, que, na maioria das vezes, são colocados em bairros periféricos nos quais a população negra se encontra e é obrigada a receber os chamados “lixões” perto de suas moradas. Nada disso é instalado nos bairros burgueses, como Jardins e Morumbi, em São Paulo, ou no Leblon, no Rio de Janeiro.

Há acontecimentos como os crimes de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais que precisam ser considerados atos de racismo ambiental e não apenas um acidente. Além do descaso com a população impactada por um desastre que poderia ser contido, a empresa envolvida pagou para construir uma campanha milionária com o objetivo de dizer que não havia cometido crime, ao invés de indenizar os pescadores e demais atingidos pelo rompimento da barragem.

As pequenas hidrelétricas são um outro exemplo de racismo ambiental que adentram territórios tradicionais patrocinados por grandes empresas ou, até mesmo, por emendas parlamentares. Além disso, a monocultura é uma prática genocida que concentra renda e devasta a biodiversidade sendo sempre impulsionada pelo estado e pelo capital, com a desculpa de que haverá geração de renda e de emprego. O garimpo ilegal também é outro exemplo de racismo ambiental e da violação do solo. Essas práticas destroem e eliminam tudo que é preservado e cultivado durante séculos pelos povos originários e tradicionais.

Um outro modelo de racismo ambiental colocado no mandato de Jair Bolsonaro como uma política pública do Ministério do Meio Ambiente é o projeto chamado de “Adote um Parque”. Essa iniciativa representa a concessão dos parques e reservas ambientais para a iniciativa privada, sem que haja respeito algum pelas populações que vivem nesse lugares - e que já protegem a floresta e as águas

A expansão do agronegócio nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia é outro exemplo de que esses grandes empreendimentos são projetos que excluem e que caminham na contramão do cuidado com a vida das comunidades e dos biomas que há em cada região.

A disputa pela terra e a desigualdade colocada pela ausência de reforma agrária no Brasil são grandes problemas que também estão associados ao racismo ambiental. Grilagem de terras, a ausência de titulação de territórios quilombolas e de demarcação nos

territórios indígenas, práticas políticas realizadas com o objetivo de enfraquecer e eliminar povos e suas culturas.

Ademais, vale ressaltar que em todas as regiões do Brasil, a especulação imobiliária está presente em territórios “cobiçados” pelo capital e que, ao mesmo tempo, são espaços históricos de resistência de povos e comunidades tradicionais. A maioria desses lugares estão sendo cuidados e preservados pelas comunidades e o interesse privado chega para violar não somente a terra, como também o modo de viver da população daquele local.

É preciso compreender que a vida e as lutas de uma mulher que está na periferia de uma grande cidade dialoga com uma mulher quilombola numa região distante e que ambas são atingidas pelas mudanças climáticas e pelo racismo ambiental.

“Meu tio Duca, que é um cara muito gente fina, ele recuperou um rio da nossa comunidade plantando bananeira em volta do rio. E eu cheguei e perguntei, mas tio Duca por que que o senhor está plantando bananeira em volta do rio, ele disse eu estou plantando porque aqui não tem água ainda, bananeira segura a água dentro dela, eu não preciso ficar regando ela toda hora, e ela ainda vai ajudar a chegar a água do rio. Por que é assim que ele chama, chegar a água do rio.”

Passos para transformar a realidade

A transformação desejada pelos movimentos sociais, pesquisadores e pela população em geral engajada na luta contra as mudanças climáticas só será realizada se o racismo e a discussão sobre gênero e classe forem colocados no centro do debate ambiental.

Pode-se dizer que no Brasil o debate sobre a luta de classes avançou, enquanto que o debate racial e de gênero ficaram para

trás. Por isso, a branquitude deve compreender que o debate ambiental sem a pauta racial e de gênero não é válido para transformações reais, uma vez que as pessoas que estão no campo e na base promovendo o cuidado com o meio ambiente, fazendo com que haja água, comida e biodiversidade, são os povos tradicionais que em sua maioria representam as populações negras e indígenas.

Racismo Ambiental: justiça Climática é justiça Racial

» Andressa Dutra

O **racismo ambiental** pode ser definido como o reconhecimento da dimensão racial dentro do contexto da crise climática. Dimensão que usa o conceito de raça, mas que inclui além de negros e negras, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, pantaneiros, geraizeiros, caiçaras, ciganos, quilombolas, moradores de favelas e encostas, mulheres, mães solas e jovens.

Dessa forma, **esse conceito se apresenta como uma manifestação contemporânea do racismo e da discriminação racial que marca a vida das pessoas em seus territórios.** Além disso, quando se trata da questão ambiental, podemos dizer que o campo da justiça ambiental possibilita colocar em discussão e em pauta o termo justiça climática.

Para abordar a temática do racismo ambiental a partir da ótica de que justiça climática é igual à justiça racial, é preciso compreender o papel que o Estado exerce na sociedade brasileira. **O que se vê no Brasil é um mecanismo de controle social em que se opera um alto controle sobre os corpos indígenas e corpos negros direcionando-os para os lugares que a eles estão dados.**

“Elza Soares eternizou em sua voz a música que canta que a carne mais barata do mercado é a carne negra e é também a carne mais marcada pelo Estado, esses corpos também são carne negra”

O racismo precisa ser colocado como marcador central do debate climático, e de uma discussão sobre como o racismo se relaciona diante da problemática ambiental que é permeada por diversos conflitos socioambientais. É importante destacar que quando se fala de raça, há diversas linhas de pensamento. Há a raça no sentido biológico, a raça humana, e a raça no seu sentido, na sua visão filosófica e sociológica. É por meio dessa construção de raça que está destinado o ônus para esta outra que está destinado o bônus.

Por isso, é fundamental racializar esse debate, uma vez que o ponto de partida tem o racismo como marcador central. Segundo Silvio de Almeida, há um mundo no qual a raça define quem vai viver e quem vai morrer, quem vai beber a água e quem não vai beber, quem vai lavar as mãos e quem não vai lavar. Dessa forma, é preciso incorporar a vertente e o olhar para a raça dentro das discussões para que haja resultados efetivos de transformação social.

Dentro do contexto brasileiro, a construção da raça se deu durante o período colonial, a partir da igreja católica que vai julgar os povos pretos e indígenas como sem alma. Ademais, tratavam e denominavam pessoas negras como se essas fossem destituídas de conhecimento, colocando-as num sentido animalesco. E, infelizmente, nos dias atuais, há um movimento que promove a desconstrução política do sentido de raça, ou seja, um retrocesso de olhar para raça somente no seu sentido biológico desconsiderando toda uma construção de desigualdade que existe entre uma marcação racializada.

O contexto é marcado por uma modernidade e por uma colonialidade europeia que é genocida e eugenista e que tem como objetivo eliminar os povos originários e negros. Pode-se dizer que essa modernidade se trata de uma matriz da escravidão, pois também é sobre a forma como a colonialidade opera e como determina a guerra de poder e do saber.

Ainda que haja historicamente uma série de fatores que evidenciam o racismo ambiental, há uma discussão dentro do debate ambiental em que diversas vertentes e teorias tentam justificar que não existe injustiça ambiental. Uma delas, chamada de **neomalthusianismo**, pontua que a população pobre é a produtora da crise ambiental e que essa crise ambiental é denominada de acordo com o que o ocidente acha. E a outra se trata do **ultraliberalismo** que diz que a única forma de combater a desigualdade ambiental é a partir da privatização.

Dessa forma, é possível perceber nuances sobre as estratégias de negação das desigualdades ou de justificar a desigualdade ambiental. Só que, ao mesmo tempo, a sociedade se depara com situações em que a população pobre é colocada como causadora da crise, mas quando a gente olha a realidade comprova que essa população é aquela que mais sofre com os impactos negativos ambientais.

No caso do Brasil, a realidade estabelecida de maneira desproporcional se dá por meio do contexto histórico marcado pela escravidão. Todos esses anos representaram um profundo período de sangue, de apagamento, de anulação dos valores da cultura negra e indígena. O Brasil foi o último país a abolir a escravidão em 1988 e essa abolição só trouxe uma liberdade jurídica, sem que a população negra tivesse de fato uma reinserção na sociedade.

Desde então, o negro ficou com condições de trabalho e lazer precarizadas, porque não existia políticas públicas que colocassem essa população para se integrar com a sociedade, estando sempre na situação de marginalidade. Além disso, para esse corpo negro

era negado o direito de acessar os recursos naturais. Esse corpo negro não podia ter lazer e passou a ser cada vez mais afastado do direito à educação.

O que passou a ocorrer no período pós-abolicionista se tratou de um processo de uma educação eugenista em que se estimulava a pensar que os corpos negros não poderiam estar no mesmo espaço que os corpos brancos, uma vez que eles adoecem. Além disso, **no contexto ambiental o que resta para o corpo negro é ser destinado a habitar áreas precárias e com pouca estrutura, fator que será determinante para a morte desse povo.**

Por meio de todos esses processos históricos de apagamento e, ao mesmo tempo, de suavização do debate racial no Brasil, há aquilo que é chamado de “racismo à brasileira” ou “racismo brasileiro”. Esse fenômeno sistêmico toma forma a partir desse período e durante a escravidão, e que ao mesmo tempo faz parte da história moderna e está intrinsecamente ligado à formação do Estado e da política no Brasil.

Isso significa dizer que, em terras de Pindorama, o Estado se constitui a partir do racismo, o racismo é um fator determinante para a operacionalização do Estado. Pode-se afirmar que **o racismo é uma tecnologia de poder que vai operar o controle social, a dominação e a atuação do Estado. E é por meio desse tipo de dominação que se constitui a necropolítica – política de morte – em que o estado determina o corpo que deve viver e qual corpo deve morrer.** Esse mecanismo é quem vai organizar o racismo ambiental que passa a operar no sentido de definir para quais corpos estão destinados os impactos ambientais negativos.

Definição e história do termo racismo ambiental

A criação desse conceito foi forjada junto ao reverendo norte americano Benjamin Franklin quando uma comunidade negra da Carolina do Norte (EUA) percebeu que, próximo dela, estavam sendo transferidos dejetos tóxicos.

Essa população se organizou coletivamente diante de uma luta por direitos civis, elas foram se organizando para denunciar esse caso de racismo ambiental. Nesse contexto de luta por direitos, Benjamin Franklin começa a construir o conceito e afirma que o racismo ambiental está ligado à discriminação racial no direcionamento deliberado de impactos negativos ambientais para as comunidades étnicas e minoritárias.

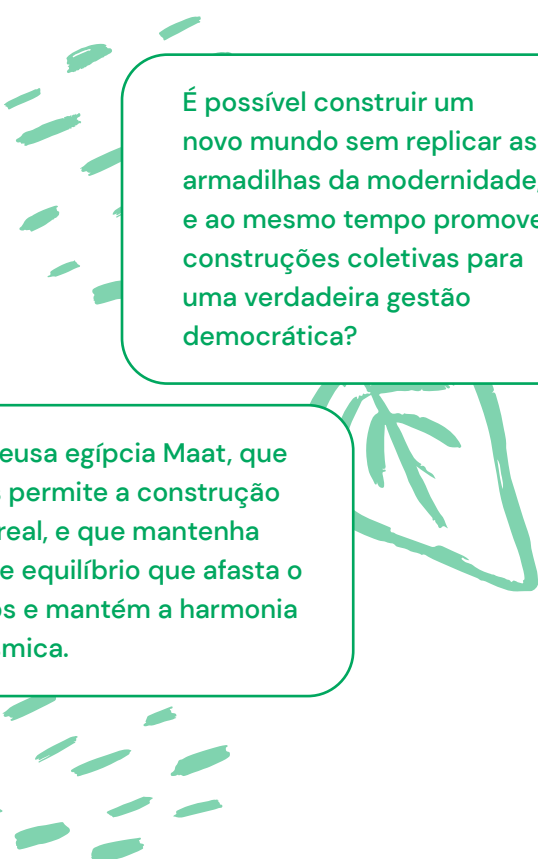
Com o passar do tempo, esse conceito passa por uma reestruturação acadêmica que aponta: a ausência de políticas públicas ambientais práticas ou diretivas que afetem de modo diferente ou prejudiquem de forma intencional ou não indivíduos ou comunidades de cor ou raça também é racismo ambiental. Trata-se também de uma forma institucionalizada da discriminação e o racismo ambiental passa a ser conceituado sempre relacionado ao racismo institucional.

Cristiane Faustino, pesquisadora quilombola, traz em seu trabalho a dimensão do território para a discussão do racismo ambiental. Ela investiga como o racismo ambiental ocorre em diversos territórios, seja ele indígena, quilombola, periférico, associado sempre ao coletivo e à movimentação social.

A pesquisadora **Tânia Pacheco** construiu um mapa de conflitos que intitula o racismo como uma relação das injustiças ambientais. E, para contrapor quem ainda acredita que esse termo é carregado de subjetividades vagas, há uma informação de 1991 que foi vazada em um documento do Banco Mundial que cita três motivos para autorizar a instalação de mega projetos em áreas empobrecidas.

Ou seja, o racismo ambiental não é algo subjetivo, ele é institucionalizado. O contexto internacional e nacional são diferentes para o entendimento do racismo ambiental, uma vez que no contexto nacional, esse conceito precisa ser aplicado de uma forma mais abrangente que inclua povos indígenas, quilombolas, imigrantes, populações empobrecidas, periféricas.

Para falar com profundidade sobre racismo ambiental, é preciso falar sobre território, seja ele periférico, indígena, quilombola ou de comunidades tradicionais. Em todos os locais, o racismo sempre vai ser instrumento que reforça e perpetua as estruturas de desigualdades. O racismo ambiental é um produto da colonização tradicional e continua exercendo o controle sobre os territórios que já são ocupados, por meio da expropriação.



É possível construir um novo mundo sem replicar as armadilhas da modernidade, e ao mesmo tempo promover construções coletivas para uma verdadeira gestão democrática?

A deusa egípcia Maat, que nos permite a construção do real, e que mantenha esse equilíbrio que afasta o caos e mantém a harmonia cósmica.

Justiça ambiental

» Diego Pereira

O movimento por justiça ambiental se inicia no final dos anos 1960 nos Estados Unidos e se potencializa a partir da década de 1970 com o caso do **Love Canal**. A luta travada pela justiça ambiental busca garantir que grupos étnicos raciais ou de classe não sejam mais atingidos pela degradação ambiental.

Esse conceito ganha mais importância política a partir do movimento contra o racismo ambiental e por isso é preciso, cada vez mais, reforçar essas palavras e utilizar o termo racismo ambiental, sobretudo porque o movimento de justiça ambiental, quando se inicia, começa, principalmente no Brasil, a apagar a questão racial, focando muito mais numa questão de classe. Ademais, não existe possibilidade de olhar para as desigualdades sem olhar para história do Brasil, que é permeada pela escravidão.

Evidenciar que as práticas racistas acontecem e também evidenciar que é nos territórios da população negra e indígena que esses danos ambientais estão acontecendo é um chamado para a gente racializar os debates e promover, **justiça, transformação e coletividade.**

O desastre de Mariana é um exemplo de crime ambiental marcado pela violação de direitos. Esse local se constitui em uma comunidade com 80% da população negra e parda e o desastre ocorrido em 2015 teve, dentre a população atingida, a porcentagem de 84% de negros e pardos. Esses dados exemplificam de

forma empírica o que é e como age o racismo ambiental dentro da temática das mudanças climáticas.

A palavra negacionismo vem aparecendo dentro de uma série de debates na atualidade em um momento histórico no qual ao mesmo tempo em que a ciência é colocada à prova, há uma intensa negação do conhecimento científico dentro das questões ambientais. Além disso, é esse tipo de estudo e pesquisa que vai possibilitar a confirmação ou a criação de teorias que são provadas por meio da experiência, do contato com a prática.

O racismo ambiental, segundo Benjamin Chavis, se trata do reconhecimento de uma desigualdade no campo do meio ambiente e essa desigualdade vai impactar também a ideia de negação da democracia. Ora, se há uns ganhando, lucrando com a questão ambiental, e há outros que sofrem muito mais o prejuízo por conta da raça, há então uma negação da própria ideia de democracia.

De acordo com a antropologia, há diversos tipos de violências que são classificadas da seguinte forma: a violência direta; a violência simbólica; a violência que ficou conhecida como desigualdade - denominada também de **violência estrutural** que caracteriza o racismo ambiental.

De acordo com o jurista e professor Sílvio de Almeida, o racismo estrutural é aquele que está institucionalizado a partir de basicamente três estruturas: a econômica, política e por meio do direito.

Na cronologia: direito – racismo ambiental e racismo institucionalizado

Em 1978, o professor Benjamin Chavis realizou um estudo que evidenciou a questão dos resíduos tóxicos e o fator de raça. Em 1988, foi criado o IPCC - um painel intergovernamental, ligado à ONU – que trata das questões climáticas e da ciência ambiental –. Na criação desse painel, houve a tentativa de substituição do termo “racismo ambiental” para “justiça climática”, utilizando

esse termo que pode também ser considerado mais europeizado, ao invés de racismo ambiental.

Em 2022, a Conferência de Estocolmo completa 50 anos, uma vez que a primeira Conferência foi realizada em 1972. Dentro da cronologia, em 1988 foi criado o painel intergovernamental para tratar das questões climáticas no âmbito da ONU e, em 1992, houve a do Rio, a ECO-92, evento fundamental para a criação de Cúpulas do Clima, as chamadas COPs.

As COPs fazem o papel de institucionalizar a ideia de “justiça climática”, ao invés de fortalecer o conceito do racismo ambiental. Pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que a ciência é necessária para confirmar diversas teorias, ela também se apropria de um novo vocabulário e modifica a nomenclatura a favor das classes dominantes.

No ano de 2005, o termo racismo ambiental volta a aparecer na época em que acontece o Furacão Katrina, catástrofe climática que atinge, em sua maioria, negros da costa sudeste dos Estados Unidos. Nesse contexto, a ideia de racismo ambiental do professor Benjamin e do professor Robert Bullard, do final da década de 1970, são retomadas para evidenciar que foi a população pobre e negra dos Estados Unidos a mais atingida pelo furacão.

Em 2007, a questão ambiental ganha um novo fôlego com o prêmio Nobel da Paz dado para o então ambientalista Al Gore e para o IPCC, e esse movimento faz com que a pauta ambiental volte a tomar protagonismo.

Na década de 2010, com os governos de esquerda na América Latina, o debate sobre a questão ambiental reacende. Em 2015, ano em que o Papa Francisco lança uma carta tratando da questão ambiental, acontece também o lançamento da Agenda 2030 e o Acordo de Paris que traz a “certidão de nascimento” para o termo “justiça climática” e não para o “racismo ambiental”.

No âmbito dessa estrutura, e ainda segundo o que o professor Silvio de Almeida pontua, esse tipo de atitude justifica

o racismo por meio do Direito, tendo em vista que não se tem nenhum documento oficial falando da existência do termo “racismo ambiental”. Em síntese, o que aparece escrito no Acordo de Paris é a “justiça climática”, acordo que não traz a nomenclatura “racismo ambiental”.

O meio ambiente como direito fundamental passou a aparecer somente após a Conferência de Estocolmo em 1972. Depois da Conferência, esse direito passa a ser incluído dentro da legislação de vários países, como direito fundamental. No Brasil, esse direito aparece somente com a Constituição de 1988.

Leis que não existem

O Direito age como estrutura que sustenta o racismo ambiental institucionalizado. Não existe nenhuma lei específica tratando do termo racismo ambiental. Até o momento, inexistente uma norma específica que trate especificamente das questões que envolvem o racismo ambiental.

A importância da existência de um documento específico tem a ver com o fato de que isso fundamenta políticas públicas no âmbito do racismo ambiental. Assim, embora não exista uma norma tratando de tal tema, isso não impede que gestores públicos abordem a questão a partir da perspectiva da realidade das pessoas vulnerabilizadas.

Racismo Ambiental e a Constituição

No contexto do brasileiro, a Constituição de 1988 cumprirá o papel deste documento normativo. Ainda que o termo racismo ambiental não exista em nenhuma norma brasileira, a Constituição traz suporte suficiente para combater vulnerabilidades e para combater o racismo ambiental.

A primeira norma está no Artigo 1º que diz que a dignidade da pessoa humana é fundamento da Constituição. Isso significa dizer que, se a dignidade da pessoa humana é fundamento desse

documento, é dever do Estado brasileiro construir uma sociedade que seja justa, igualitária e que não tenha discriminação.

O Artigo 5º desse documento, salienta que o Brasil deve combater toda forma de discriminação, além de reconhecer esse tipo de vulnerabilidade. Dessa forma, embora não haja um suporte legal direto para o racismo ambiental, a Constituição Federal atua como a norma que prevê proteção para políticas públicas nesse sentido.

Sobre a Constituição, vale também pontuar sobre o Artigo 225, que trata do meio ambiente. Esse artigo diz: “o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito de todos”, de forma que essa frase permite compreender que o meio ambiente não deve ser apenas de alguns e sim de todos. E, mais do que isso, compreender que não se trata de qualquer meio ambiente, mas sim que ele deve ser equilibrado e que se comunique com o direito à moradia, com o direito à educação, com o direito à saúde e como um direito social fundamental.



Um país (des)estruturado no racismo ambiental

» Ana Sanches

Diversos pesquisadores da área climática têm chamado a invasão dos portugueses no território brasileiro como o primeiro caso de racismo ambiental no Brasil. Essa invasão consistiu em invasão de terras, exploração do território, de corpos, de pessoas, roubo de recursos e muitas outras violências físicas e simbólicas. Por meio deste e de outros casos do período colonial, é possível entender que os povos afro-latino-americanos, indígenas, brasileiros do Sul global sempre foram vistos e classificados como um povo que não tinha nenhum direito da terra em que vivia e muito menos dos recursos e de tudo que produzia.

Quando se faz uma volta no tempo para compreender alguns pontos da história, pode-se dizer que os corpos negros e indígenas sempre foram vistos como algo inferior e incapazes de desenvolver. Além disso, esses corpos também foram definidos como “lugares também que precisavam ter donos”. E ainda hoje, essa invasão e necessidade de dominação segue sendo praticada por meio das invasões e violações das terras indígenas, das terras

quilombolas e, inclusive, para com populações negras periféricas nas favelas das cidades.

O planejamento urbano que é desenvolvido e praticado por meio da gestão pública coloca como ideal de bom, belo e justo a verticalização da vida, como a construção de prédios, nos quais as pessoas vivem em pequenos espaços ou montadas em morros, em lugares sem infraestrutura.

A obra **Quarto de Despejo**, de Carolina Maria de Jesus, narra a periferia como o quarto de despejo e a sala de estar, o lugar onde vivem as pessoas ricas. A imagem que se cria para esses dois diferentes lugares merece um olhar cuidadoso: enquanto em um há estrutura, saneamento, garantia de política pública; o outro, ao contrário, não recebe nenhuma atenção do poder público, e experiencia os efeitos da negligência de uma problemática que, antes de ser ambiental, é social, ligada às desigualdades, como também ao recorte racial.

As problemáticas socioambientais e os impactos das mudanças climáticas não afetam todos os indivíduos e grupos sociais de forma igualitária. As mudanças climáticas vão atingir a todos, mas já estão impactando as vidas de muitas pessoas que estão vulneráveis a esses impactos.

Racismo ambiental: exemplos práticos

Brumadinho e Mariana

O desmoronamento das barragens de Brumadinho e Mariana são exemplos práticos do racismo ambiental, uma vez que a população que sofreu com os impactos por conta da contaminação dos rios foi a população negra e periférica. Além disso, o impacto desse tipo de crime ambiental vai além do desastre de perder a moradia e familiares. Trata-se também da perda de trabalho, do modo de vida e da forma de vivenciar suas culturas religiosas.

Crise hídrica

Durante a última crise hídrica, a escassez de água e seus pontos mais críticos atingiram em grande proporção os grupos periféricos, de maneira que as pessoas com menos recursos financeiros, muitas vezes, não tinham dinheiro para comprar um galão de água, ao contrário da realidade enfrentada por pessoas mais ricas de classe média.

Falta de saneamento básico

O esgoto a céu aberto e a implantação de lixões e aterros em lugares em que a população periférica constrói as suas moradas é algo que faz parte do cotidiano de milhares de pessoas no Brasil.

Depósito de lixos tóxicos

Pontos afastados das áreas elitistas nas grandes cidades como São Paulo foram e ainda são historicamente utilizadas como depósitos de lixos tóxicos e contaminantes. Isso aconteceu também no lugar onde hoje se encontra a USP Leste, isso significa dizer que, na região da zona Leste de São Paulo, em que há uma alta densidade populacional, foi um território escolhido para despejar determinado lixo tóxico. E esse tipo de evento não acontece na cidade universitária da USP, que se localiza no bairro do Butantã, na zona Oeste de São Paulo.

A distribuição da população negra em São Paulo

De acordo com MAPA 1, nas áreas mais escuras, há uma maior presença da população negra, o que representa também as periferias da cidade. As periferias em um contexto geográfico se encontram mais afastadas da área mais central, chamada de eixo sudoeste e é também onde ficam os bairros mais ricos.

Nos MAPA 2 E 3 - MORTES POR COVID - nas áreas mais escuras estão os bairros em que houve mais mortes e internações por Covid-19. A porcentagem de óbitos, assim como a porcentagem de internações, são mais altas nas periferias da cidade.

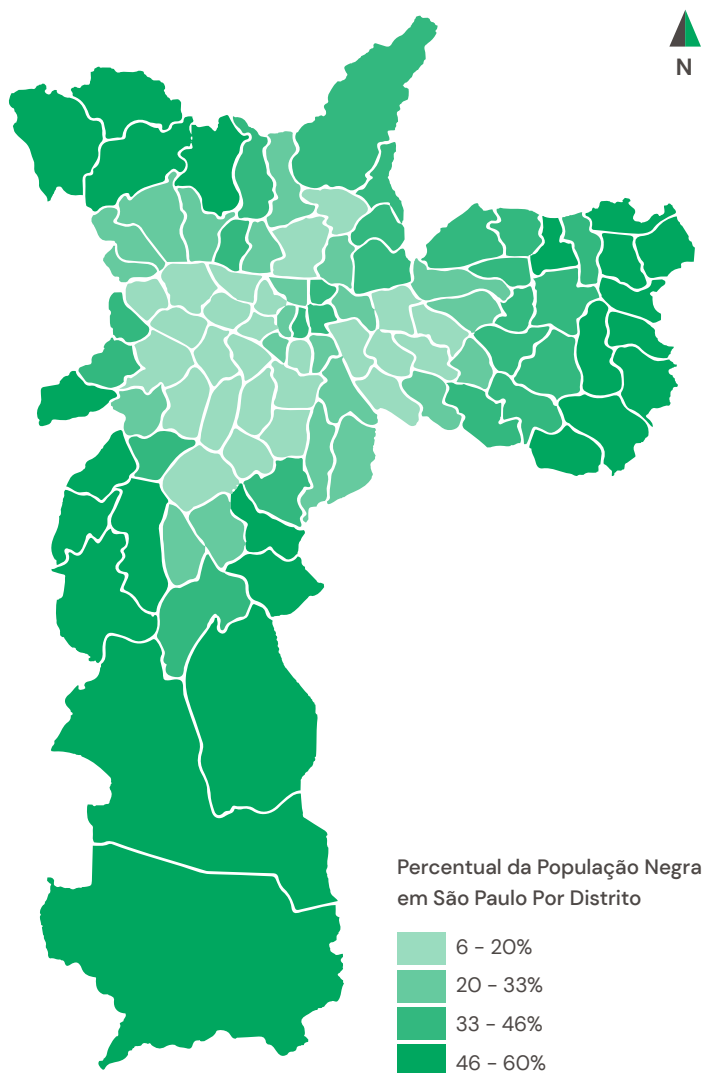
Os motivos para essa proporção de infecção e contato com o vírus tem a ver diretamente com a falta de acesso à água para se higienizar; com a necessidade da população de sair de casa para trabalhar sem poder ficar em isolamento e com a falta de acesso ao atendimento médico.

O MAPA 4 - CONSUMO DE ENERGIA mostra que não é a população negra e periférica que mais consome, e sim a população que vive na região mais central e que possui equipamentos, dinheiro e infraestrutura para gastar energia.

“Só haverá justiça ambiental, alimentar, climática, energética e hídrica quando houver justiça social e racial!”

Utilizar o termo racismo ambiental é fundamental dentro do debate da pauta climática, sobretudo porque se trata de uma discussão pautada pela branquitude – por meio do chamado ecologismo branco. E é esse ecologismo branco que toma notoriedade no mundo, enquanto que, na realidade, são as populações indígenas, quilombolas, ribeirinhas e caiçaras que estão desde sempre protegendo o meio ambiente e as suas culturas.

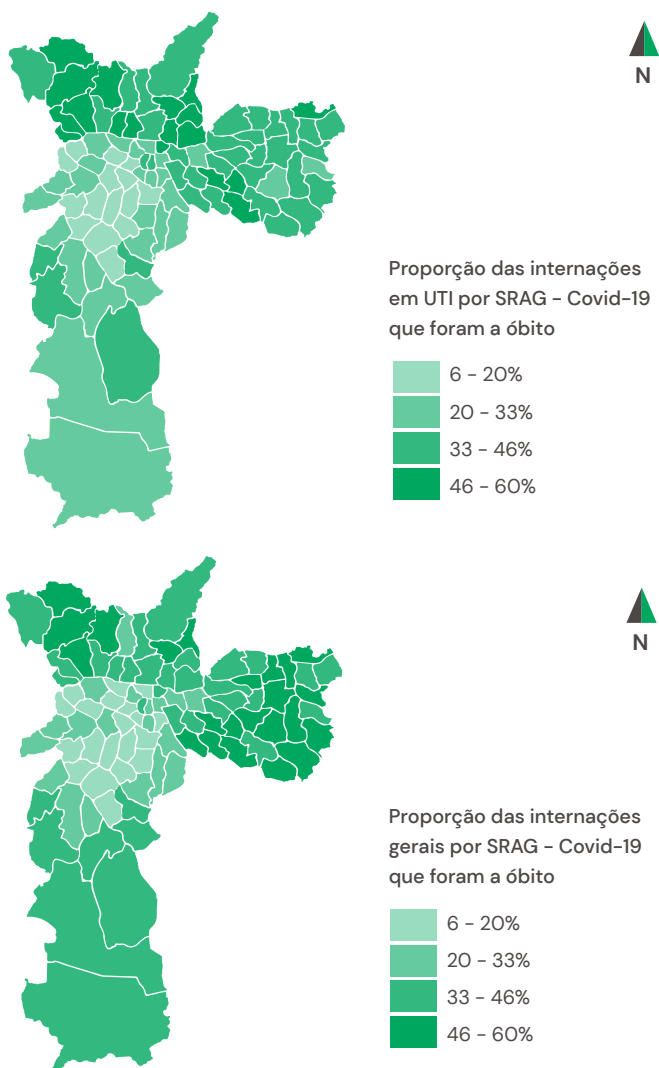
Por isso, torna-se fundamental, cada vez mais, racializar o debate e centralizar o racismo ambiental como uma questão ética de reparação histórica. Além disso, **o racismo ambiental é uma problemática social e uma questão de saúde pública, visto que a maior parte dos danos ambientais é direcionada à população racializada** (negros, indígena, quilombola, ribeirinhos etc.), como afirma o Bullard, Benjamin Chavis e outros pensadores brasileiros. Então, é por isso que eu defendo a utilização desse termo.



Mapa 1 – Mapa da distribuição da população negra em São Paulo.

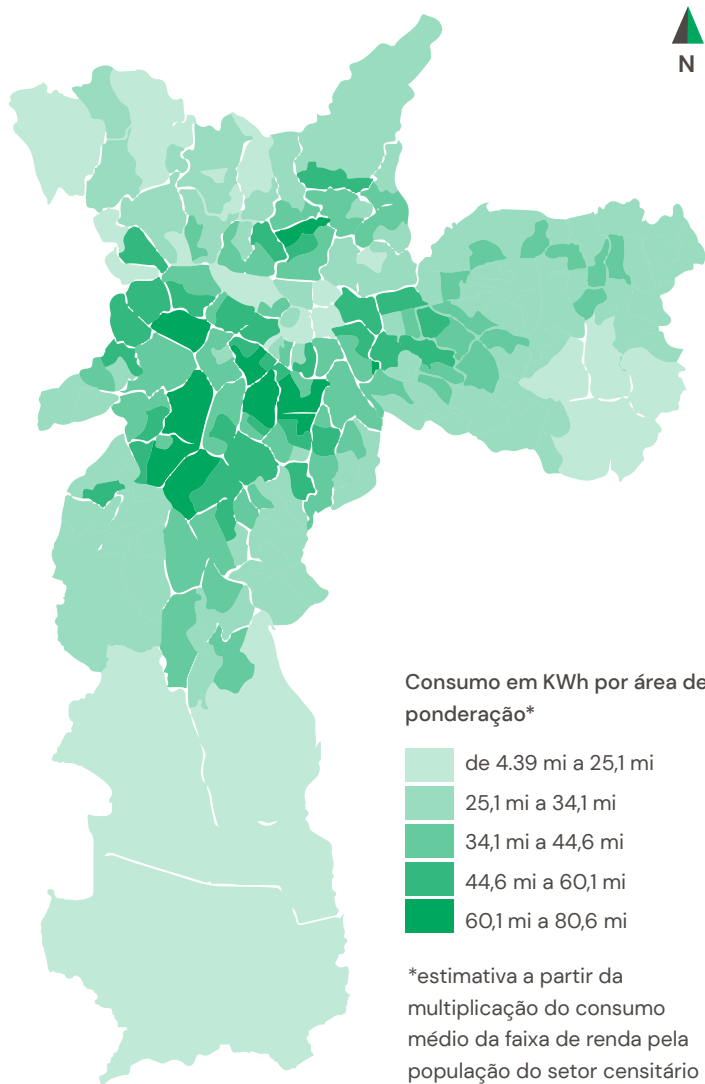
Fonte: População residente, por cor ou raça (IBGE,2010)

Sistemas de coordenadas SAD,69. Elaboração: Ana Sanches, 2021.



Mapa 2 e 3 – Mortes por COVID

Fonte: SIVEP/ GRIPE/ DVE/ COVISA/ SMS- SP (de janeiro a julho de 2021). Data de atualização: 17/08/2021. Dados preliminares sujeitos a alteração. Elaboração: Rede Nossa São Paulo, 2021



Mapa 4 – Consumo de energia

Elaboração: Instituto Pólis

Comunicação das Mudanças Climáticas: disputa de narrativas

» Andréia Coutinho Louback

» Pedro Borges

Há um grande desafio na abordagem da temática das mudanças climáticas porque se trata de um processo dificultoso para a sociedade se apropriar do debate, a começar pela linguagem veiculada nos meios de comunicação que distancia ainda mais a população desse tema.

Sabe-se que **“comunicação é poder” e essa ferramenta tem a capacidade de libertar, trazer conhecimento e abrir novas reflexões a partir do que é lido, a partir da imagem produzida e também das narrativas sendo construídas.** Como exemplo desse desafio, durante a realização da COP 25, foi relatada imensa dificuldade em encontrar fontes negras, indígenas ou de comunidades tradicionais para conceder entrevistas sobre os assuntos e trazer outro ponto de vista que não fosse o hegemônico, patriarcal e excessivamente técnico, acadêmico.

Essa temática e o universo ativista das mudanças climáticas se tratam de um local carregado de racismo e de exclusão. Outro exemplo dessa segregação aconteceu no Fórum Econômico Mundial, em Davos, em que uma ativista de Uganda foi cortada

de uma foto que foi divulgada pela Associated Press. O fotógrafo justificou o corte como uma questão de composição de imagem e a verdade é que ele cortou uma mulher negra de uma foto e deixou apenas os quatro ativistas brancos. Essa realidade vivenciada pela comunidade negra se relaciona também com a exclusão dos espaços de decisão e de protagonismo das narrativas.

As palavras-chave utilizadas para definir este tema, “mudanças climáticas”, crise climática”, “emergência climática”, comunicam ou não a realidade, havendo uma necessidade de serem feitas escolhas pelos veículos de imprensa. Nesse sentido, o que acontece é que os “donos” dessas narrativas se utilizam de palavras e imagens determinadas que criam um fio narrativo que aparta a discussão sobre gênero, raça e mudanças climáticas.

A crise do clima pode se tornar irreversível na próxima década e há uma grande narrativa que defende essa visão, sobretudo porque se trata de uma verdade científica e com muitas consequências para todos. O grande problema é que, enquanto as temáticas de raça, gênero, classe e de geração não entrarem nessas manchetes, significa que ainda existe uma invisibilização dessa informação e dessa construção de narrativa e de conhecimento.

A realidade é que a crise climática afeta mais a população negra e indígena, só que a mídia brasileira não acessa os territórios dos muitos Brasis que existem.

“A relação entre gênero, raça e crise climática vai ficando às margens da mídia”

Justiça climática

Quando se fala de justiça climática é preciso compreender que o marco zero dessa pauta é a justiça social e que todos os seus impactos estão ligados diretamente com essa questão. Trata-se de um aprendizado constante, uma vez que a comunidade climática

e científica que domina esse debate ainda está tateando os conceitos de gênero, raça, classe e interseccionalidade, o que acaba por escorregar na representatividade das vozes, pessoas e fontes.

Há uma pesquisa feita com a população brasileira sobre a percepção das mudanças climáticas e que aponta que apenas 25% das pessoas do Brasil dominam esse debate. Dessa forma, **é preciso questionar quais são os desafios da comunicação climática que fazem com que uma pessoa negra de um determinado território se sinta impactada e, ao mesmo tempo, não faça relação sobre justiça climática e racismo ambiental?**

Esse afastamento se dá, principalmente, pela escolha de linguagem, palavras e narrativas que excluem as pessoas do debate. E, mesmo as que querem pesquisar e pensar sobre isso, não se veem representadas porque há sempre uma escolha de porta-vozes que são homens, brancos, mais velhos, que apesar de suas contribuições para o debate climático, são insuficientes para abranger realidades do Sul-global.

Há exemplos de projetos que tratam da discussão climática de forma racializada como a exposição **“Do dia Seguinte”**, que trazia sensações físicas sobre as mudanças climáticas mas que foi feita em um bairro elitizado do Rio de Janeiro. Outro exemplo de instalação, nesse sentido foi o **“Especial do Cenário do Clima”** que abordava conceitos-chaves para compreensão da pauta, como: mitigação, mercado de carbono, justiça climática e a newsletter do facebook que tenta, por meio do humor, combater a desinformação acerca da justiça climática no Brasil e no mundo.

A caminhada para avançar nessa jornada está sendo realizada e esse curso é um exemplo disso, ainda que a disputa de narrativa e por quem as pessoas são escolhidas para representar as diferentes realidades estejam em construção. A partir da ótica de que comunicação e informação representam o poder, deve-se pensar formas e ferramentas de se apropriar dele a partir das vivências territoriais e individuais para que elas invadam a mídia. E, mais

do que isso, não só invadam, como tenham uma repercussão real do que as pessoas vivenciam. Para que, com isso, seja possível construir e pautar políticas públicas que caminhem nessa direção de visibilizar essa ótica e, dessa forma, finalmente alcançar as mudanças estruturais necessárias e urgentes nesse cenário de injustiça climática e racial.

A cobertura jornalística

Uma boa cobertura de imprensa deve ser dividida e pensada através de três dimensões, que são: política, ética e técnica. O papel do jornalista é de traduzir aquilo que está sendo discutido e transmitir para sociedade de uma forma que ela consiga entender.

Além disso, o domínio básico sobre os conceitos debatidos em conferências sobre o clima, pelos jornalistas, e a provocação dos especialistas são capazes de modificar a cobertura do ponto de vista político.

Na última conferência do clima, a imprensa estava extremamente focada na discussão sobre o mercado de carbono e, para jornalistas negres presentes, essa discussão era irrelevante diante da relevância de outros temas, como o subsídio que os países do norte-global se comprometeram a dar para os países do sul-global para redução de danos das crises climáticas.

A cobertura jornalística, de alguma maneira, tem uma provocação do ponto de vista político e não pode se prender ao preciosismo da técnica. A apuração das notícias precisa ter um debate político e conceitual, aprofundado e desenvolvido. **Cabe aos jornalistas entender a importância da comunicação para a construção das narrativas e é fundamental que se coloque a agenda dos movimentos sociais em debate para criar uma relação saudável entre o meio ambiente e a população.**

Cabe à mídia e aos jornalistas em geral realizar uma cobertura profunda do debate que torne possível inserir a agenda dos movimentos sociais, povos e comunidades tradicionais, movimentos

negros em debate, porque se trata de uma pauta fundamental que contempla toda essa sociedade. Só haverá a superação de tais problemas e de toda a desigualdade, se houver justiça climática e o combate ao racismo ambiental.

Os eventos internacionais contam com vários países que colocam suas agendas para o meio ambiente e, ao mesmo tempo, há uma ausência de movimentos sociais e há a presença de grupos econômicos elitistas e que contribuem para a destruição da Amazônia, como a bancada do agronegócio que estava presente na COP25.

Uma cobertura que diz respeito ao meio ambiente precisa ser construída por meio de uma dimensão ética, sobretudo, porque grande parte das pessoas sofrem essas violências, sejam elas do campo ou da cidade, estão em situação de vulnerabilidade social. Dessa forma, é fundamental para o jornalista, já que é um dever presente na Constituição, a garantia do anonimato dessa pessoa. Isso significa dizer que o jornalista deve fazer sempre o processo de checagem das informações, para que se proteja o anonimato dessas pessoas. **É fundamental que os profissionais da comunicação trabalhem pautados pela ética.**

Os crimes do racismo ambiental

Há uma série de acontecimentos, chamados de tragédias climáticas que, na realidade, são causadas pelo racismo ambiental, entre elas os derramamentos de petróleo no Nordeste, as fortes chuvas em Recife, Maceió e em Petrópolis, além do inverno rigoroso em São Paulo, que vitimou corpos pretos em decorrência da ausência do Estado.

O rompimento das barragens em Brumadinho e Mariana também são crimes causados por uma política ambiental genocida que não considera as populações e territórios que habitam esses lugares. E quando se analisa a cobertura jornalística desse tipo de acontecimento, sempre há uma falta de posicionamento

coerente por parte da grande mídia, que narra esses fatos sem fazer relação com o racismo e as profundas desigualdades sociais provocadas pelo Estado.

Ainda hoje, no Brasil, são poucas as famílias que controlam a comunicação em todo o país. E isso contribui para que propagandas sobre o agronegócio continuem sendo veiculadas nos canais abertos, uma narrativa que produz a positivação do agro que se utiliza de imagens e de variados recursos de convencimento que distancia a compreensão de que ele, na verdade, é um fator de destruição social e do meio ambiente.

O desafio de comunicar mudanças climáticas para toda a população está colocado e os jornalistas comprometidos possibilitam que o tema se torne compreensível para pessoas com diversas habilidades cognitivas. Ainda assim, praticar a comunicação dessa forma, trata-se de ser uma voz dissidente dos grandes meios e lutar para ocupar um espaço que é ocupado pela narrativa capitalista.

O racismo ambiental impacta diretamente a vida e a existência das populações indígenas brasileiras que estão sendo mortas pela mineração, pelo garimpo ilegal, pela intoxicação por mercúrio e por diversos outros tipos de ameaças à sobrevivência. O racismo com os povos originários dificulta as denúncias e providências para proteção desses povos. Além disso, o Estado genocida se isenta da responsabilidade e da culpa e ainda é favorecido pela falta de posicionamento da mídia - que contribui com a morte e com o silenciamento desses povos.

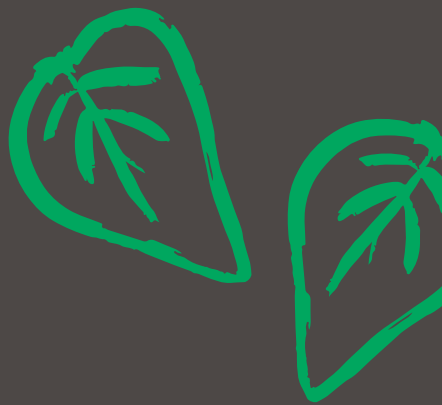
A importância das mídias alternativas se encontra também no fato de que elas se contrapõem aos interesses comerciais das mídias tradicionais, e promovem a redução do grande estímulo de mercado que é provocado pelas publicidades. A mídia convencional está sempre em busca de estimular o alto consumo e não propõem uma transformação efetiva sobre as relações com o ambiente e os recursos renováveis.

Criar parcerias para a construção constante de uma narrativa real que evidencie a ausência do Estado e a vulnerabilidade à vida das pessoas é uma forma de criar meios de proteção para os corpos que são colocados em risco cotidianamente pelas mudanças climáticas e pelo racismo ambiental. Além disso, o protagonismo de comunicadores não brancos que olhem com sensibilidade para os territórios, suas histórias e pessoas, bem como o investimento em especialistas negros e indígenas fortalecem uma comunicação que seja feita por meio da representatividade.

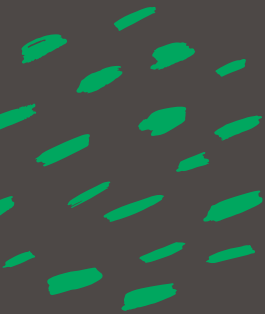
“Área de risco tem cor?”

“Qual ambiente sobra para os povos tradicionais e para os povos periféricos?”

“Quilombolas denunciam: Até quando só seremos pautas de desastres?”



PARTE





2



Racismo ambiental é considerado principal fator de adoecimento na epidemia do Zika Vírus

» Mayara Nunes

“Como eu posso estar saudável, se eu não sei o que meus filhos vão comer amanhã? Como estar saudável sem água potável, sem ter acesso?”

Essa frase impactante e sensível em diversos sentidos foi resgatada na memória da pesquisadora Ivana Moraes durante as aulas do Curso de Formação Racismo Ambiental e a Emergência Climática, do Instituto de Referência Negra Peregum.

Ivana é comunicadora, mestre em políticas públicas pela Universidade Federal do Maranhão e membro do Grupo Mulheres Negras Mãe Andresa, na capital São Luiz. Essa frase foi resultado de uma conversa dentro da ação humanitária pela saúde da população negra, Aliança Brasil, ao perguntar o que as mulheres compreendiam como saúde.

Em sua tese de mestrado na área de comunicação, a pesquisadora articulou gênero, raça e classe na epidemia do Zika Vírus e chegou à conclusão de que o racismo ambiental foi um dos principais fatores do adoecimento de uma população majoritariamente negra.

“Por volta de 2014, 2015 o movimento de mulheres começa a denunciar que, mulheres negras estavam mais vulneráveis a pandemia do Zika Vírus por questões estruturais, como moradia, acesso a saneamento básico, água potável, por questões socioeconômicas já conhecidas, e que obviamente esses segmentos mais vulnerabilizados deveriam ter uma atenção para além do combate ao mosquito”.

A partir desse indício, Ivana ingressa no mestrado com um projeto de pesquisa que analisa narrativas na mídia relacionadas à epidemia de zika vírus e é, nesse contexto, que ela percebe as denúncias de racismo ambiental vindas, principalmente, na fala das mulheres.

“Essa agenda não aparece nos discursos das autoridades, dos gestores públicos, dos especialistas em saúde pública, das pessoas que são mais ouvidas durante a pandemia, os infectologistas. Todos vão para as doenças, ninguém vai para as causas que deixam tantas pessoas vulneráveis às doenças, então quem está falando que é preciso saneamento básico? Quem está dizendo sobre a necessidade de melhorar as estruturas de moradia e de acesso à água potável são as mulheres e outros movimentos”, explica.

A mídia ocupa um lugar central na construção das narrativas que impactam em várias áreas do conhecimento e da vida social. A linha de pesquisa traçada por Ivana considera as contradições sociais, socioeconômicas e culturais na produção dos discursos. Sua perspectiva aponta os processos de exclusão social, exploração e dominação da população negra e articula desigualdades sociais, raciais e de gênero no processo saúde-doença.

Para ela é muito importante dar visibilidade às pessoas que estão nos territórios e, nesse sentido, a formação em racismo ambiental promovida pelo Instituto foi fundamental quando trouxe o módulo que debatia a disputa de narrativas.

“Uma política pública que não ouve os sujeitos mais afetados, que ignora os seus discursos, vivências e experiências, suas formas de existir, ao tratar disso no curso, com um módulo específico pra falar da disputa de narrativa, é de uma atualidade enorme e a gente precisa realmente ocupar os espaços de maior visibilidade e, nomear os problemas, contribuir com as pessoas que estão passando pelo problema, fazer aquilo ser escutado. Uma questão que tem que ser fortalecida, e eu me senti muito contemplada no curso por fazer disputas nesse campo, do quanto isso é importante e do quanto isso influencia também em políticas públicas”, acrescenta.

Ivana conta que participar da formação contribuiu para ampliação de sua perspectiva sobre o tema racismo ambiental, principalmente quando relacionado às mudanças climáticas. Racializar a discussão sobre mudanças climáticas para incidir de uma forma que venha garantir proteção às populações de segmentos sociais vulneráveis foi uma das tônicas da formação.

“Há uma necessidade de realmente a gente dizer que 86% da população que é impactada pelas mudanças climáticas são negras ou indígenas, de que todo esse discurso que às vezes está muito distante das populações periféricas, desses territórios ou tem sido distanciado, na verdade é o seu cotidiano, é a sua vivência, é em relação ao que as pessoas estão inclusive resistindo, tentando manter as suas práticas, deter processos criminosos de exploração de recursos naturais, então o acesso a essas informações é fundamental na luta pela proteção de nossas vidas, nós população negra e empobrecida, principalmente, acho que isso é algo bem relevante porque alimenta a nossa luta”, pontua Ivana.

Ivana, hoje mestre, nasceu, cresceu e vive em uma comunidade chamada Camboa, que originalmente fazia parte de terras

indígenas, logo no início da fundação da cidade de São Luiz e, atualmente, faz parte do primeiro quilombo urbano reconhecido nacionalmente no Brasil, a Liberdade.

A pesquisadora teve sua vida atravessada pelo racismo ambiental pois quando pequena morava em palafitas, um sistema de construção usado em regiões alagadiças a fim de evitar que as casas sejam arrastadas pela correnteza dos rios. Sem acesso ao banheiro, tendo que atravessar a maré para chegar à escola, Ivana conviveu com a ausência de saneamento.

Hoje em dia, a área ainda é uma região periférica, houve um processo de aterramento, e toda vez que a maré baixa, o esgoto fica exposto e deixa a população mais vulnerável a todos os tipos de doenças. Para Ivana, que hoje tem recursos para ver a realidade de uma forma mais crítica, este fato se relaciona às discussões sobre territórios e racismo ambiental.

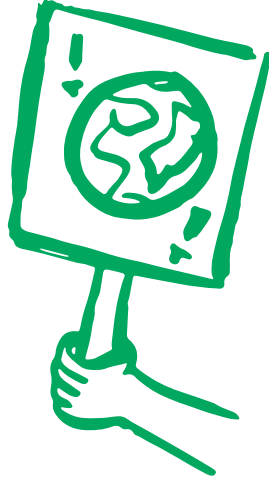
“Ver parentes, vizinhos e amigos adoecendo recorrentemente de diarreia, com manifestação de micoses, verminoses, hanseníase, tuberculose, doenças que são ocasionadas pela estrutura das moradias e pela estrutura socioeconômica, que não é só fruto de um empobrecimento, mas de como essas comunidades vulnerabilizadas estão cada vez mais sujeitas a estarem fragilizadas em qualquer processo de adoecimento que em primeira vista parece ser universal, mas não, na verdade tem pessoas que estão em maior risco e estão sendo afetadas ciclicamente por estes processos”, relata.

Na pandemia de Covid-19, Ivana percebeu junto a seus familiares, o quanto eles permanecem vulneráveis. A pesquisadora afirma que não é apenas uma questão de proteção, e de tomar medidas básicas de seguranças, mas sim de buscar se fortalecer, pois sempre haverá um cenário de exposição a doenças, que vai exigir estruturas que a população negra, indígena ou de alguma forma vulnerabilizada, não dispõe, e na realidade nunca teve acesso.

Ivana conta que em São Luiz para se ter água potável é preciso comprar o galão e boa parte da população empobrecida não tem

acesso, o abandono de saberes e recursos antes utilizados, como filtro de barro, dificulta ainda mais as condições.

“É um processo estruturado de exclusão e aniquilamento das pessoas, que estão sendo naturalizados a partir de determinados contextos, como uma pandemia, como uma tragédia que não é natural, mas que está nesses contextos da naturalização desses processos, que na verdade tem por trás deles práticas criminosas de enriquecimento, descaso do poder público e falta de agenda de compromisso com a mudança e com uma transformação social”, pontua.



Racismo e crise climática são bandeiras chaves para um mundo possível

» Mayara Nunes

Emerson Caetano é ativista pela igualdade racial e Direitos Humanos. Iniciou sua trajetória enquanto empreendedor social e ativista na Baixada Fluminense, na cidade de Nova Iguaçu, onde nasceu e vive atualmente. Ingressou na universidade pelas ações afirmativas e, como morador de uma comunidade no Rio de Janeiro, Emerson conta como o racismo ambiental atravessou sua trajetória acadêmica.

“O racismo ambiental me atravessa na falta de garantia de políticas ambientais para as comunidades afro-brasileiras. Perder aula em dia de chuva era algo inevitável, já que durante minha graduação minha cidade não contava com um simples escoamento de água para evitar alagamentos. Devido às fortes chuvas de 2022, hoje há uma movimentação de políticas públicas para viabilizar a mobilidade urbana nos dias chuvosos. Uma cidade de maioria

trabalhadora, que quando chove fica ilhada, perde seus móveis e memórias, não pode atender a metrópole que depende de seus serviços”, expõe.

Emerson é bacharel em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), para o internacionalista falar em racismo ambiental é entender que toda a sociedade perde quando os serviços públicos de melhoria social são seletivos. “Todas as pessoas têm o direito constitucional de ir e vir, independente das condições climáticas. Por isso, é urgente que a questão climática seja uma preocupação de cidades metropolitanas e periféricas”, explica.

Durante a pandemia de COVID-19, Emerson começou sua atuação como jornalista e mídia ativista, ele passou a empreender, tendo em vista o cenário de falta de oportunidades no mercado de trabalho por conta da pandemia. Atualmente, é *fellow* das Nações Unidas onde realiza uma cobertura da pauta racial para Genebra, para o escritório regional da América do Sul e para o Brasil.

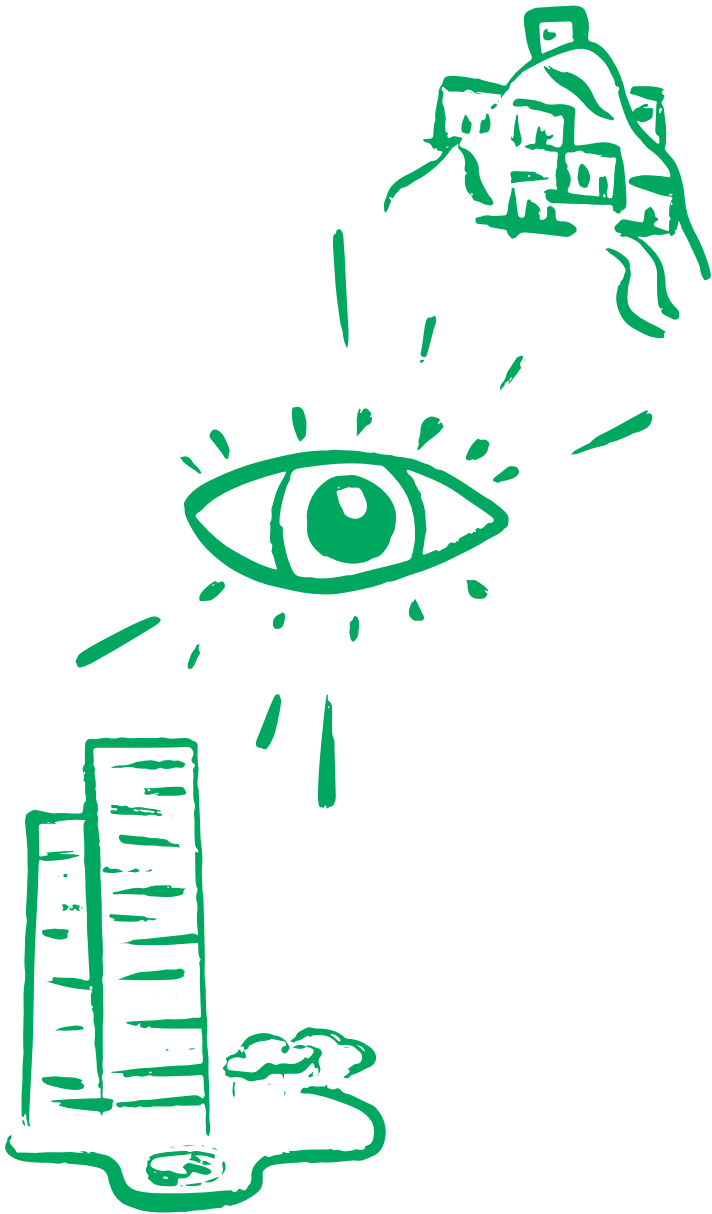
Emerson afirma que o Curso de Formação Racismo Ambiental e a Emergência Climática realizado pelo Instituto de Referência Negra Peregum deu a ele o suporte necessário para abranger ainda mais sua cobertura com ênfase na agenda racial e suas múltiplas complexidades.

“A partir do curso do Instituto Peregum, pude aprimorar a questão interseccional entre crise climática e genocídio do povo negro. O curso foi o elo necessário para que eu pudesse começar a trabalhar com a pauta, de forma específica, disputando a narrativa da crise climática. Falar de racismo climático é entender a cultura de exploração que o colonialismo implementou no imaginário social e político, por isso, quando falamos em racismo, englobamos todas as pautas de minorias sociais. Não por generosidade, mas por entender que toda opressão começa no ódio ao negro, mas respinga sobre todos aqueles que vivem em discordância com o projeto colonial da branquitude”, relata.

Emerson entende o racismo ambiental como produto das desigualdades sociais institucionalizadas pelo modelo capitalista ocidental. Para o jovem acadêmico, negro, periférico e LGBTIQ+, todas as minorias estão fadadas à ameaça ambiental, pois são mulheres, indígenas, negros e LGBTIQA+ que sofrem com as condições insalubres na vida cotidiana.

“Quando uma pessoa LGBTIQA+ é expulsa de casa, muitas vezes vai morar em uma favela, onde é mais acessível para um jovem que vive com um orçamento de baixo custo. Nesse mesmo sentido, mulheres, pessoas em êxodo rural, quase sempre só conseguem morar em lugares violentos e ambientalmente inseguros”, afirma.

Emerson declara que o curso lhe deu munção para combinar duas pautas essenciais para o bem estar social. “O Racismo e a crise climática são bandeiras chaves para um mundo possível. Aprender sobre biodiversidade e ancestralidade, e tantas outras pautas correlatas, me fez destravar uma comunicação acurada sobre a questão ambiental. O Curso de Formação do Instituto Peregum fixou informações que eu sempre experienciei no micro, e agora consigo trabalhar no macro, a nível local, global, e internacional. O que antes parecia um discurso de especialista, passou a ser algo recorrente, observável e criticável”, pontua o jornalista.



Racismo ambiental e risco: um olhar sobre a produção de áreas de exclusividade brancas

» Pedro Rezende Mendonça

» Fernanda Pinheiro da Silva

» Gisele Brito

Como foi amplamente divulgado em rede nacional, os deslizamentos ocorridos em março de 2023 no litoral norte do estado de São Paulo provocaram perdas e danos de modo generalizado em muitas vilas e cidades de municípios situados ao longo da costa atlântica. Diante de uma triste realidade, o que se observa é que a catástrofe social que atinge grandes proporções não acarreta prejuízos de modo igualitário entre as pessoas atingidas, sejam elas residentes, proprietárias ou não de imóveis e até mesmo viajantes.

Com foco no município de São Sebastião, o presente capítulo destaca aspectos que antecedem a catástrofe, bem como alguns de seus desdobramentos posteriores na vida das pessoas atingidas, a fim de chamar atenção para a centralidade do conceito de racismo ambiental. Apoiado pelo conceito que estrutura essa publicação, pretende-se não só contribuir com a produção de conhecimentos sobre o tema, como reforçar que sem atentar para a produção

racializada de risco não se pode enfrentar politicamente as tantas situações de perigo e ameaça que ainda operam sobre corpos em sua maioria negros e periféricos.

Parte do Vale do Paraíba Paulista, São Sebastião integra a microrregião de Caraguatatuba, juntamente com o município de mesmo nome, Ilhabela e Ubatuba. Predominantemente urbana em 2010 (98,8%), as estimativas sobre a sua população ultrapassam os 91 mil habitantes para o ano de 2021. Ademais, a densidade habitacional do município litorâneo é considerada alta, consistindo em 185 habitantes por km², de acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2023).

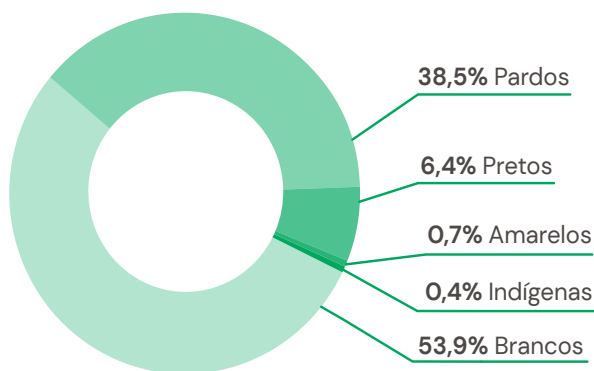


Gráfico 1 - Total de habitantes do município de São Sebastião

Fonte: IBGE,2023. Elaboração: Patricia Nardini

Do total de habitantes do municípios (GRÁFICO 01), cerca de 54% das pessoas se autodeclarou branca em 2010, 45% negra (sendo 38,5% parda e 6,4% preta), 0,7% amarela e 0,4% indígena (IBGE, 2023). A partir desse breve quadro populacional, a tese que organiza a presente discussão é que a ocupação socioespacial responde a dispositivos de racialidade (Carneiro, 2023) que operam sobre e a partir do processo de urbanização. Como procuramos discutir, esse traço também integra a produção social de riscos

e ameaças, que se manifesta de forma clara na predominância e desproporcionalidade dos prejuízos provocados por desastres e calamidades sobre corpos não-brancos.

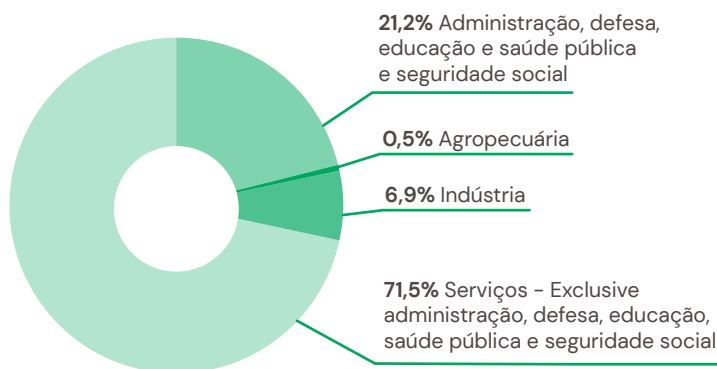


Gráfico 2 - São Sebastião: Valor adicionado bruto a preços correntes em 2020

No que se refere à dinâmica econômica de São Sebastião, nota-se que o produto interno bruto (PIB) do município apresenta forte dependência das atividades de serviço, excetuadas as atividades de caráter público. Como se observa no GRÁFICO 2, mais de 70% do valor adicionado bruto a preços correntes em 2020 são provenientes desse setor. Não se pode separar esse quadro econômico do fomento de atividades turísticas e de veraneio, aspecto presente em todo o litoral norte paulistano e de grande importância para compreender a produção social do risco nos locais atingidos pelos deslizamentos antes mencionados (IBGE, 2023).

Por fim, antes de refletir de forma mais detida sobre os deslizamentos que ocorreram em São Sebastião, é importante considerar que situações críticas de risco e ocorrências de desastre deflagram experiências coletivas de dor e sofrimento nas pessoas que passam por essas experiências. Estados de emergência e calamidade pública perpetuam nos territórios atingidos o convívio

com a destruição de lares e a imposição de deslocamentos forçados, os incalculáveis prejuízos materiais e os esforços para lidar com o desaparecimento de fotos, recordações e bens simbólicos diversos, muitas vezes acompanhados pelo luto repentino por familiares ou pessoas de convívio cotidiano. As chuvas torrenciais de verão ou a estiagem durante o inverno, a proximidade com barragens hidrelétricas ou de rejeitos minerários e a convivência limítrofe com o uso intensivo de agrotóxicos, especialmente quando esses são pulverizados por meio de aviões, são alguns exemplos da produção em massa de receios e preocupações, especialmente quando se tem criança e idosos nos lares.

No que se refere a experiências coletivas de sofrimento, compete ainda mencionar os riscos gerados pela ameaça e concretização de remoções, que podem ser disparadas pela simples demarcação de áreas ou moradias (Lacerda et al., 2022). Quando desacompanhadas de políticas públicas de cuidados e atendimento integral, essas demarcações atuam como estopins de ciclos de estigmatização e transitoriedade permanentes (Rolnik, 2015). Em casos desse tipo, destaca-se como vulnerabilidades e temores são constantemente renovados no cotidiano familiar pela iminência de um completo desacolhimento por parte do Estado ou pela imposição de alternativas provisórias de atendimento habitacional insuficientes para custear o aluguel de domicílios seguros, a exemplo do Auxílio Aluguel (Silva, 2020).

Em casos desse tipo, chama atenção a produção de uma complexa e variada experiência de “medo”, cujos tipos e camadas acompanham o “saber-se em risco”. O temor objetivo é percebido e processado de modo subjetivo e se repete em cadeia, dada a condicionante social e coletiva que o origina. Nesse contexto, o enfrentamento dessa realidade passa pelo reconhecimento de um fenômeno intitulado como sofrimento social. Desenvolvido por autores que trabalham com situações extremas de variados tipos (KLEINMAN, DAS e LOCK, 1997; MAGALHÃES, 2007; SILVA,

2017; TEIXEIRA, 2014; ZHOURI et al., 2016), a formulação do conceito procura nomear o conjunto de manifestações subjetivas que se perpetuam na vida de pessoas que estão submetidas ao risco ou são acometidas por momentos críticos que envolvem traumas e distúrbios coletivos. Outra característica desse fenômeno social é a sua conexão com estruturas desiguais de poderio político, econômico e institucional, que não só produzem novos níveis de sofrimento como intensificam as experiências de dor e perda já produzidas.

Se as situações de risco e desastre produzem sofrimento social; se essas mesmas situações pesam mais sobre corpos negros; e se diversos estudos apontam para o racismo como fator de agravo à saúde mental da população negra, seja no âmbito da formação de identidade e enfrentamento de preconceitos (Gonçalves, 2018), seja em razão da falta de acesso a serviços e discriminação institucional (Frederico, 2020); destacamos essa dimensão dos processos aqui abordados para visibilizar mais uma camada de violência imaterial, simbólica e psíquica que pesa de modo desproporcional sobre pessoas negras. Ao fazer isso, interessa tanto a ampliação do escopo de danos de ordem imaterial e simbólica sofridos por quem vivencia situações desse tipo e, portanto, sua necessária reparação, como o reconhecimento de que as experiências de risco e desastre agravam a saúde mental e psíquica das populações atingidas, aspecto que deve ser enfrentado com seriedade e políticas públicas de acolhimento.

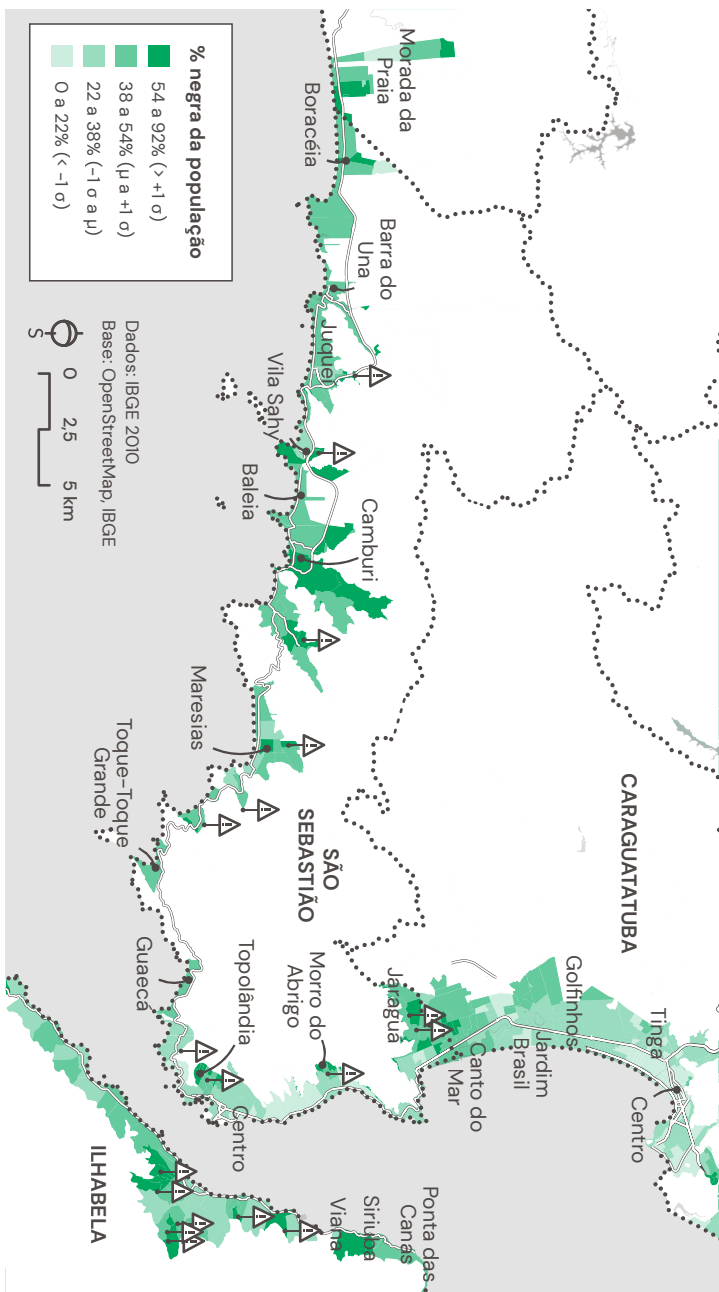
Como chegamos aqui?

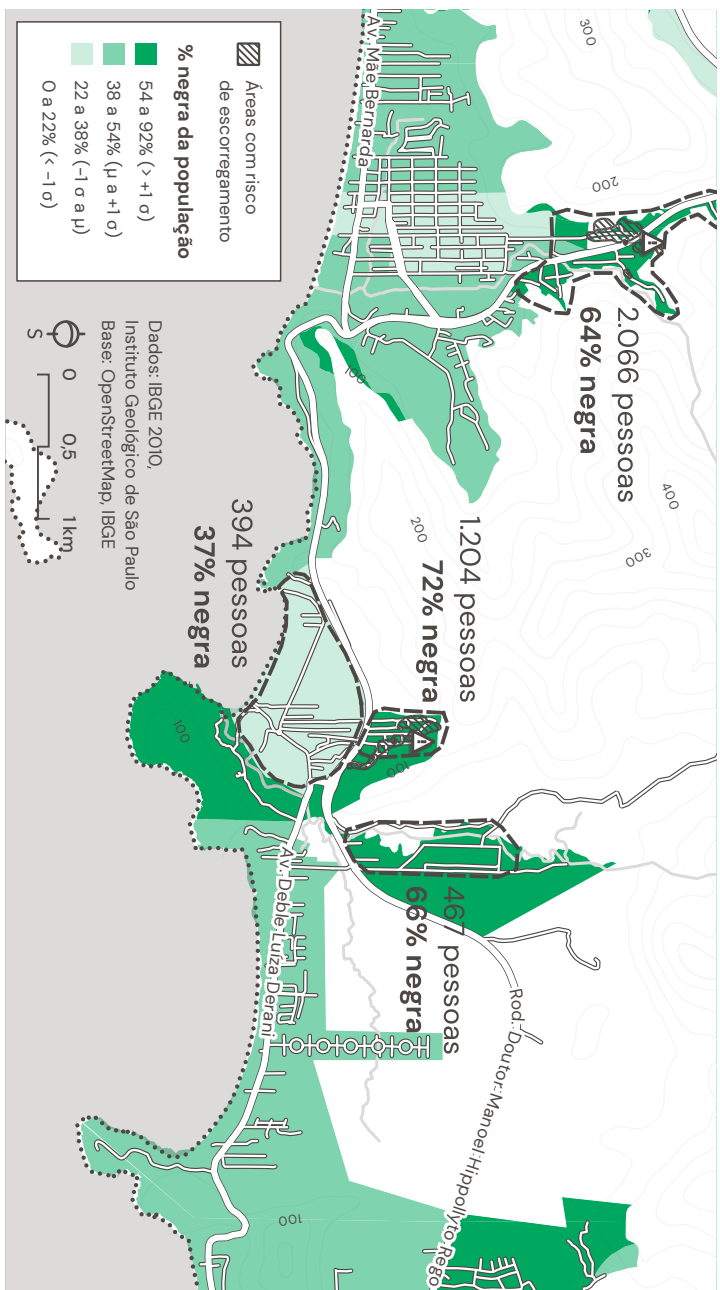
Podemos identificar dois processos conjuntos na região de São Sebastião que produzem e reproduzem este tipo de urbanização: A atividade econômica baseada no turismo e a própria lógica racista de produção das cidades, que reserva áreas para a população branca de classes mais altas. A construção de condomínios próximos à orla ocorre junto a um assédio imobiliário

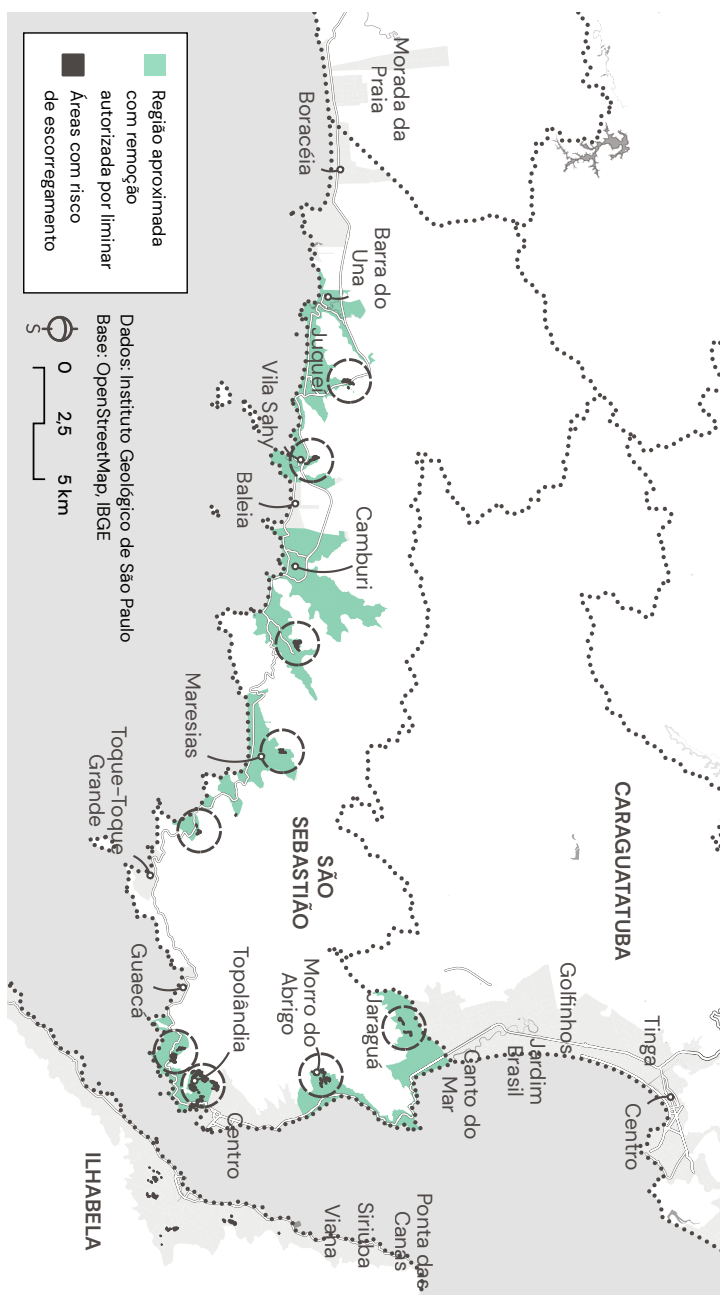
para substituição de comunidades tradicionais racializadas. Num cenário de precariedade do trabalho e de concentração de renda, este assédio costuma ser bem-sucedido. Em alguns casos reportados na imprensa, este assédio é acompanhado de ameaças à integridade e de golpes (BORTOLOTTI, 2023).

A branquitude opera pela produção de territórios de exclusividade, que são construídos e explorados pelo mercado imobiliário formal - na figura de construtoras e incorporadoras. A exclusividade racial branca passa a ser um fator de valorização imobiliária, e isso constitui paisagens segregadas - nas cidades e nas mentes de seus habitantes, em uma demonstração em escala urbana do *pacto narcísico da branquitude* (Bento, 2022). Podemos observar como esta lógica se propaga: a incorporadora que produziu os bairros murados de Toque-Toque, região de condomínios de alta renda de São Sebastião, é a mesma que idealizou e construiu o bairro de Alphaville na Região Metropolitana de São Paulo - um bairro fortificado de classe média alta branca, inspirado nos subúrbios estadunidenses. E não só as empresas, mas também as proprietárias e frequentadoras destas casas de veraneio são as mesmas que habitam os bairros de classe média da metrópole. Suas casas de veraneio são compradas e vendidas a preços altos, para quem pode pagar pela exclusividade de viver em um bairro branco.

A manutenção desses territórios de exclusividade branca ocorre com a manutenção dos preços altos, com a concentração de investimentos públicos em melhorias no bairro, garantidas pela concentração de poder político sobre pessoas brancas, e com a resistência organizada a formas de sociabilidade e de habitar negros. Em São Sebastião, vemos um exemplo disso com a resistência dos moradores de Maresias à produção de habitação de interesse social em seu bairro, que teria estrangulado a iniciativa da prefeitura - mostrando como a organização desses moradores define os rumos da política pública e, conseqüentemente, as vidas das pessoas negras.







Do outro lado, a atividade turística requer uma grande quantidade de trabalhadores com baixa qualificação – caseiros, camareiras, serventes, que fazem as vezes de domésticas, seguranças e pedreiros. Neste grupo está um grande contingente de população negra, migrante de outros estados ou locais. Como é de praxe em todo o país (Maricato, 2000), os salários e rendimentos implicados por essas atividades não incluem os custos de uma moradia digna, o que garante trabalhadoras e trabalhadores domésticos não sejam vizinhos de seus respectivos patrões. Há também um grande contingente de vendedores ambulantes que trabalham nas praias, também tirando sustento da atividade turística. Muitas vezes sem reservas para sequer comprar um terreno formalmente, quem dirá arcar com os custos de construção, estas famílias se instalam informalmente nas áreas que ninguém quer – como áreas de risco, entorno imediato de rodovias, vizinhança de depósitos, armazenamento de produtos químicos, estações de tratamento de esgoto. Essa estrutura de produção do espaço constitui, assim, um caso clássico de racismo ambiental.

Em São Sebastião, vemos alguns outros exemplos. O bairro de Topolândia, próximo ao centro de São Sebastião, é o mais denso e populoso da cidade, e majoritariamente negro. O bairro é circundado por áreas de risco. No centro, está uma estação de tratamento de esgoto. É vizinho ao porto de São Sebastião e aos reservatórios da Transpetro – que já foi processado por vazamento de produtos químicos no bairro. A concessão da rodovia Tamoios inclui a construção de um trecho de rodovia que, originalmente, acarretaria a remoção de 200 casas no bairro. O traçado desse trecho afeta apenas territórios negros da cidade.

Para onde estamos caminhando?

Diversas propostas para reparação dos estragos na Vila Sahy já foram publicizadas: remoção das famílias, produção de empreendimentos habitacionais e instalação de sistemas de alerta. Estas

são medidas reparatórias mínimas, mas é necessário questionar qual a sua capacidade de enfrentar os aspectos fundamentalmente racistas da tragédia, e com isso evitar que o quadro apenas se reproduza no futuro.

As remoções, autorizadas por liminar enquanto durar o período de chuvas, põem em ameaça especialmente os bairros mais negros. Há uma naturalização da remoção destas famílias – muitas constituídas por migração e por expulsões anteriores. Ao serem removidas, o que garante que estarão livres desse ciclo? As soluções temporárias, como acomodações em escolas e hotéis, consideram o contingente de pessoas a serem removidas? Nos dias seguintes às chuvas, o número de pessoas desalojadas chegou a 4 mil pessoas. Cerca de 14 mil (20% da população da cidade) vivem em áreas de risco geológico ou no entorno imediato, segundo dados do Censo de 2010. A escala do problema não é trivial.

Com a proposta de solução via construção civil, com produção de unidades habitacionais seja via CDHU ou Minha Casa Minha Vida, estamos enfrentando a lógica dos territórios exclusivamente brancos? Também sabemos que, em outras cidades, estes empreendimentos são implantados em terrenos baratos e periféricos. Há uma redução dos riscos iminentes, mas não da produção de novas situações e da segregação. Em entrevistas à imprensa, o governador anunciou que um dos terrenos estudados para construção de conjuntos habitacionais é justamente a Topolândia.

Além disso, com a oferta de moradias de melhor qualidade em áreas sem infraestrutura, há vantagem econômica em vender, alugar ou oferecer seus apartamentos no AirBnB, enquanto voltam a ocupar áreas de risco. Num cenário de baixos salários e insegurança previdenciária, esta é uma tendência que precisa ser considerada. As condições e oportunidades de trabalho estão diretamente ligadas com as condições de acesso à moradia.

Por fim, a instalação de sistemas de alerta e treinamento da população considera a tendência de intensificação desse tipo de

evento meteorológico nos próximos anos. É um passo importante para salvar vidas, mas que naturaliza o estado de alerta constante e o risco de perdas materiais – que pesam mais sobre as famílias mais pobres. Portanto, naturaliza a sobrecarga psicológica que recai sobre a população negra. Ainda sob esse aspecto, é preciso humanizar as famílias vitimadas pela tragédia, escutando suas necessidades e oferecendo alternativas, tanto em ações de remoção quanto no eventual retorno às suas casas. O trauma e o medo constante também são consequências do racismo que estrutura as cidades.

Bibliografia

KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena & LOCK, Margaret (eds). **Social Suffering**, 1997.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. 2007. **Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / UFPA – Belém.

SILVA, Telma Camargo da. Silêncios da dor: enfoque geracional e agência no caso do desastre radioativo de Goiânia, Brasil. **Iberoamericana–Nordic Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 46, n. 1, 2017.

TEIXEIRA, Raquel. **‘A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar’: a geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do bairro Camargos em Belo Horizonte – MG**. Tese. Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2014

ZHOURI, Andréa et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. **Ciência e Cultura**, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades, 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-sebastiao/panorama>> Acesso em: abr. 2023.

BORTOLOTTI, Rodrigo. 2023. **De risco ou de rico**. TAB UOL. Disponível em: <<https://shorturl.at/bhGPY>>. Acesso em: abr. 2023.

LACERDA, L. G. ; SANTORO, P. F. ; BRITO, G. A. S. ; ALHO, I. B. . Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções. **REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS**, v. 24, p. 1-27, 2022

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Orlíia. VAINER, Carlos. MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

Carneiro, Sueli. Dispositivo de racialidade: **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

Bento, Cida. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SILVA, Fernanda Pinheiro. A reiteração do provisório: considerações sobre o emprego do Auxílio Aluguel no município de São Paulo. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 22, 2020.

GONÇALVES, Juliana. Um olhar sobre a saúde mental do negro no Brasil. Portal Geledés. Brasil, 2, fev. 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/um-olhar-sobre-saude-mental-do-negro-no-brasil/?gclid=C->

jOKCQiAx6ugBhCcARIsAGNmMbi1j1lJ8m5FUeMQOHowAXLdn83FdbR-lesZDZLvak8mEvOzd2ojt2goaAoe_EALw_wcB>. Acesso em: abr. 2023.

FREDERICO, Roberta. Precisamos falar sobre a saúde mental da população negra. *Veja Saúde. Brasil*, 3, nov. 2020. Disponível em: <<https://saude.abril.com.br/coluna/saude-negritude-atitude/precisamos-falar-sobre-a-saude-mental-da-populacao-negra/>>. Acesso em: abr. 2023.

minibio dos/as autores/as



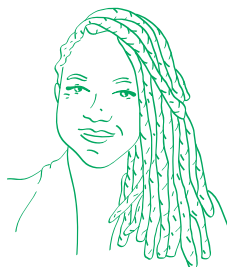
Ângela Gomes

Engenheira Florestal, Doutora em Etnobotânica pela UFMG, Professora universitária, Militante do Movimento Negro Unificado. Atualmente é Subsecretária de Proteção e Defesa Civil de Contagem-MG.



Ana Sanches

É mulher preta e praiana. É Ativista do Movimento Negro na Rede Quilombação em São Paulo, na Zambô em Caraguatatuba e também participa do coletivo Perifa Sustentável como militante em causas sociais, raciais e ambientais. Atua como Consultora de Projetos no Instituto Pólis em São Paulo. Começou sua jornada acadêmica com a Graduação em Turismo na Faculdade Unicsul em 2009. Realizou seu Mestrado em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da USP, de 2013 a 2015. No momento, cursa o doutorado no programa de Mudança Social e Participação Política, na Escola de Artes Ciências e Humanidades da USP, com a pesquisa sobre Racismo Ambiental nas periferias e favelas da cidade de São Paulo. @anasanchesb



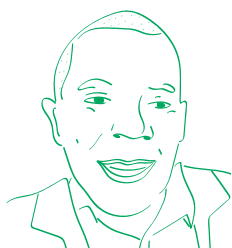
Andréia Coutinho Louback

Jornalista pela PUC-Rio, mestre em Relações Étnico Raciais pelo CEFET/RJ e especialista em justiça climática. Atualmente, é fellow do programa Humphrey Fellowship (2021-22) de aperfeiçoamento profissional da Fulbright, na Universidade da Califórnia (UC Davis).



Andressa Dutra

Gestora Ambiental (IFRJ) e mestranda em Ecoturismo e Conservação (UNIRIO). Pesquisadora e articuladora comunitária, com foco no monitoramento do Turismo de Base Comunitária junto a Rede Nós da Guanabara. Faz parte do coletivo Cafundós que reúne pesquisadores interessados na cidade de Magé - Baixada Fluminense do Rio de Janeiro. Enquanto pesquisadora independente, tem se dedicado ao estudo do campo da ecologia política e justiça ambiental, entendendo a dinâmica do racismo ambiental nos diversos territórios e comunidades tradicionais, principalmente quilombos. Integra o Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur, GEASur/UNIRIO e o grupo de pesquisa Observatório de Parcerias em Áreas Protegidas. @andressadutra



Diego Pereira

Doutorando em Direito Constitucional pela UnB, Mestre em Direitos Humanos e Cidadania pela UnB. Procurador Federal (AGU). No mestrado, Diego Pereira pesquisou as violações de direitos humanos ocorridas em Mariana/MG através de pesquisas empíricas. No doutorado, tem pesquisado sobre desastres, mudanças climáticas e justiça climática. @diegopereiradireito



Dulce Maria Pereira

Arquiteta e Urbanista, professora e pesquisadora da Universidade Federal de Ouro Preto, Coordenadora do Laboratório de Educação Ambiental e Pesquisa do Departamento de Gestão Pública e do Departamento de Engenharia de Produção da universidade, autora de livros científicos sobre desastres e outros didáticos. Foi Suplente do Senador Suplicy, Embaixadora, quando Secretária Executiva da CPLP e Presidente da Fundação Cultural Palmares. Integra grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça, a Academia Rio-pretense de Letras e Cultura e é colonista do Congresso em Foco, além de outras instituições nacionais e internacionais. É mãe, afroecofeminista e ativista do MNU. Dedicase à Educação Ambiental e a pesquisas científicas sobre perdas ecossistêmicas, reparações e racismo ambiental.



Fernanda Pinheiro da Silva

Geógrafa, possui mestrado em Geografia Humana (USP) e é doutoranda em Planejamento e Gestão do Território (UFABC). Atualmente integra a Diretoria de Clima e Cidade do Instituto de Referência Negra Peregum.



Gisele Brito

É mestra em Planejamento Urbano e Coordenadora da área de Direito a Cidades Antirracistas da diretoria de Clima e Cidades do Instituto de Referência Negra Peregum.



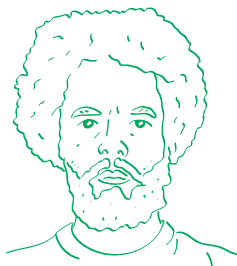
Mariana Belmont

É jornalista nascida em Colônia (extremo sul da cidade de São Paulo), trabalha com articulação e comunicação para políticas públicas. Atuou em cargos no governo sobre questões ambientais e de habitação na Prefeitura da cidade de São Paulo. Trabalhou como coordenadora de comunicação e articulação do Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Também é ativista, parte de movimentos ambientalistas e periféricos. Foi diretora de clima e Cidade no Instituto Peregum.



Nilma Bentes

Engenheira agrônoma, uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), o qual é filiado à Rede Fulanas, Negras da Amazônia Brasileira (NAB); da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB); e da Coalizão Negra por Direitos. Foi a idealizadora da Marcha das Mulheres Negras (2015).



Pedro Borges

É co-fundador e editor chefe da Alma Preta e compôs a equipe do Profissão Repórter. Formado pela UNESP, compõe a escola de samba Camisa Verde e Branco. Pedro Borges é co-autor do livro "AI-5 50 ANOS – Ainda não terminou de acabar", vencedor do Prêmio Jabuti em 2020 na categoria Artes.



Pedro Rezende Mendonça

É arquiteto e urbanista, integra a diretoria de Clima e Cidade do Instituto de Referência Negra Peregum. Também é pesquisador no LabCidade FAUUSP.



Regina Lucia dos Santos

É geógrafa, especialista em educação para as relações étnico raciais, educadora popular, coordenadora estadual do MNU SP, integra a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo, é colaboradora da Associação de Familiares e Amigos de Presos (Amparar)



Selma Dealdina

Quilombola do Território do Sapê do Norte, São Mateus/ES. Assistente Social, graduanda em História (licenciatura) e Gestão Financeira. Ex-Gerente de Política para as Mulheres do ES. Assessoria da Coordenação Estadual das Comunidades quilombolas do Espírito Santo 'Zacimba Gaba'; o Coletivo de Mulheres da CONAQ, Via Campesina, Núcleo da Marcha das Mulheres Negras do Espírito Santo; Comissão Espírito Santense de Folclore; Coletivo Auto-organizado de Mulheres de São Mateus - BELAS, Coletivo Mulheres Pretas de São Mateus/ES e Coalizão Negra por Direitos. Conselheira da Anistia Internacional e Fundo Socioambiental Casa e Membro do Instituto ELIMU Professor Cleber Maciel-ES. Secretária-executiva CONAQ. Organizadora do livro Mulheres Quilombolas territórios de existências negras femininas.



Suely Araújo

Urbanista e advogada, doutora em ciência política, professora na Universidade de Brasília (UnB) e no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Especialista Sênior em políticas públicas do Observatório do Clima, foi Presidente do Ibama (2016–2018).

cursistas

Agatha Christie Euclides da Silva	Gabriella Cristina M. Bonifácio
Alcione Aparecida Mendes	Geisieli Rita De Oliveira
Alice de Carvalho Julião	Gisele Brito
Aline Rodrigues da Silva	Guído Cruz de Assis
Anderson Haroldo L. de Jesus	Hosana Meira da Silva
Andrea Regina Ferreira Da Silva	Iraní Rodrigues Soares
Andressa dos Santos Dutra	Isabela da Cruz
Angélica Aparecida P. de S. e Souza	Ivana Marcia Moraes Braga
Beatriz de Oliveira	Izabela Penha de Oliveira Santos
Benedita de Fátima Alves Sardinha	Janaina De Jesus Lopes Santana
Camila Spolon	Jaqueline Aparecida dos Santos
Caroline de Souza Viana	Jeane Martins lustrosa
Cátia Cristina Cipriano	Jessica Moreira
Célia da Silva Leonardo Garcia	Jéssica Ribeiro Silva Carvalho
Cleyton Wenceslau Borges	Jéssica Santos Ferreira
Dalva Regina Pereira Santos	Jibran Yopopem Patte
Dandara Maria Barbosa Silva	João Victor Augusto Mariano
Dandara Rudsan Sousa de Oliveira	Joellen Lima Oliveira Santos
Daniel Augusto de Figueiredo	Josanira Rosa Santos da Luz
Daniela Marcelino Augustinho	José Adão Oliveira
Daniele Bendelac Pinheiro	Josilene Sousa Dos Santos
Darlah Mariana Santos	Juliana Fagundes Fernandes
Dinea Ramos	Juliane Maria da Silva Ferreira
Edjales Benício de Brito	Jurema Telles Lima dos Santos
Eliana Ferreira Costa Paixão	Kátia dos Santos Penha
Emerson Caetano	Kelly Luciane Faria Roldão
Fabiana de Queiroz Miranda	Laiane de Jesus de Souza Lima
Fabiola de Carvalho Pereira	Laura Ferreira da Silva
Fernanda Pinheiro da Silva	Leandro da Cruz Silva
Gabi Coelho	Lia do Nascimento Silveira
Gabriel de Oliveira D. de Souza	Lorize Domingas Lucio Mattioni
Gabriele Leticia Bonke da Silva	Lourenço Ribeiro Filho

Luana Franca Amorim
Ludmila Pereira de Almeida
Luiz Soares de Souza Junior
Luna Costa de Oliveira
Lydia Gama Monteiro
Maira Mantovani Alves Pereira
Marcele Silva do Valle
Marcelle Decothé
Maria Aparecida de Matos
Maria da Piedade M. de Souza
Maria das Dores Almeida
Maria de Castro Sobrinha Ferreira
Maria Gabriella Custódio Pires
Mariana Belmont
Mariana Cezar de Moura
Mayara Nunes
Melina Carlota Pereira
Mirian Annechine Marçal
Mirtes Aparecida Dos Santos
Mithai Mali Triches Lourenço
Myrella Vitoria Santana Dos Santos
Nairóbi de Souza da Silva
Nataly Angélica Santana Bezerra
Nataly Rodrigues Marcolino
Nathália Prince
Patrícia Toni Firmino
Rafael da Silva Damasceno Pereira
Ramos de Oliveira Soares
Raquel Cristina Alves S. da Silva
Robson Batista Moraes
Ronaldo Freitas Oliveira
Rosaly Ferreira Moreira
Rosana Maria Moraes Fernandes
Rúben José de Asevêdo
Sandra Mara Aguilera
Seimour Pereira de Souza Filho
Sheila de Carvalho
Stefany Santos Lourenço
Teresa Cristina da Costa Coqueiro
Thais Santos Silva
Thalita Guimarães Novais
Vanessa Cristina do Nascimento
Vanessa Vicente Ferreira
Vera Jus
Victoria Alves de Oliveira
Wagner Moreira Campos
Waldirene Dos Santos Castro
Wdson Lyncon Correia de Oliveira
Wender Louredo Pinheiro
Yohana Cristina dos Santos Rosa







Instituto de Referência Negra Peregum

DIREÇÃO EXECUTIVA

Vanessa Nascimento

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS

Mariana Belmont

Jéssica Ferreira

DIRETORIAS

Educação Popular

Direção: Thiago Rubens

Fabíola Carvalho

Clima e Cidade

Direção: Mariana Belmont

Aline Guarizo

Fernanda Pinheiro da Silva

Gisele Brito

Izabela Santos

Pedro Rezende

Rafael Damasceno

Incidência Política e Litigância

Estratégica

Direção: Sheila de Carvalho

Maria Brant

Márcio Black

Proteção e Cuidado

Direção: Cátia Cipriano

Marcia Leila

Amanda Bueno

COMUNICAÇÃO

Coordenação: Luiz Soares e Patricia

Toni Firmino

Alice de Carvalho

Gabriel Souza

Mayara Nunes

DESENVOLVIMENTO

INSTITUCIONAL

Coordenação: Dalva Santos

Ana Helena Santos

Sara Neves

Selma Pereira

CONSELHO

Conselho Consultivo

Amanda Arlete Ribeiro Firmino

Bianca Santana

Cleyton Borges Wenceslau

Leandro Roque de Oliveira (Emicida)

Paula Miraglia

Sueli Carneiro

Conselho Fiscal

Cleber da Costa Firmino

Luciana Cesar Guimarães

Maria José Menezes

Suelaine Carneiro

SITE: peregum.org.br

EMAIL: contato@peregum.org.br

FACEBOOK: @institutoperegum

INSTAGRAM: @institutoperegum

TWITTER: @inst_peregum





Esta obra possui a licença Creative Commons de
Atribuição + Uso não comercial + Não obras derivadas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Racismo ambiental e emergências climáticas no
Brasil [livro eletrônico] / organização Mariana
Belmont. -- São Paulo, SP : Oralituras :
Instituto de Referência Negra Peregum, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-85129-05-3

1. Brasil - Condições ambientais 2. Degradação
ambiental - Aspectos sociais 3. Injustiça 4. Meio
ambiente 5. Mudanças climáticas - Brasil 6. Negros -
Condições sociais - Brasil 7. Relações étnico-raciais
I. Belmont, Mariana.

23-172183

CDD-304.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas : Efeitos sociais 304.25

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

FONTES: Alegreya, Anisette Std, DM Sans e Fjalla One.

PAPÉIS: Cartão 300g/m² e Pólen Bold 90g/m²

IMPRESSÃO: Rettec Artes Gráficas e Editora Ltda

Tratar a pauta do clima desconsiderando o racismo ambiental é negacionismo. É negar que quem mais sofre com as emergências climáticas tem cor e CEP. É negar a violação dos direitos constitucionais de comunidades tradicionais, territórios quilombolas e indígenas. É negar a história de urbanização do país e suas profundas desigualdades territoriais. É também negar a produção de soluções climáticas efetivas praticadas secularmente por populações negras.

Mas não é ao movimento ambientalista branco que este livro se destina. Ele já nasce como ferramenta obrigatória para os movimentos negros rurais e urbanos assumirem o protagonismo deste debate na esfera pública. Já visualizo leituras coletivas, em roda, em processos de educação popular.

O livro é também obrigatório para gestoras, gestores públicos e para parlamentares que se dedicam à pauta ambiental. Esta leitura prova como a falta de racialização no desenho e na implementação das políticas públicas ambientais, resulta em falta de segurança em territórios urbanos e rurais de maioria negra, que sofrem com poluição hídrica e atmosférica, eventos climáticos extremos, moradia em áreas de risco, despejo de resíduos, falta de acesso aos serviços de saneamento básico, enchentes, deslizamentos, doenças de veiculação hídrica.

Este conjunto de textos, autoras e autores reunidos em um único volume são um presente que o Instituto de Referência Negra Peregum – principalmente pelo trabalho comprometido de Mariana Belmont – entregam à sociedade brasileira.

Obrigada!

Bianca Santana

Jornalista, escritora, diretora-executiva da Casa Sueli Carneiro e integra a Coalizão Negra por Direitos.

